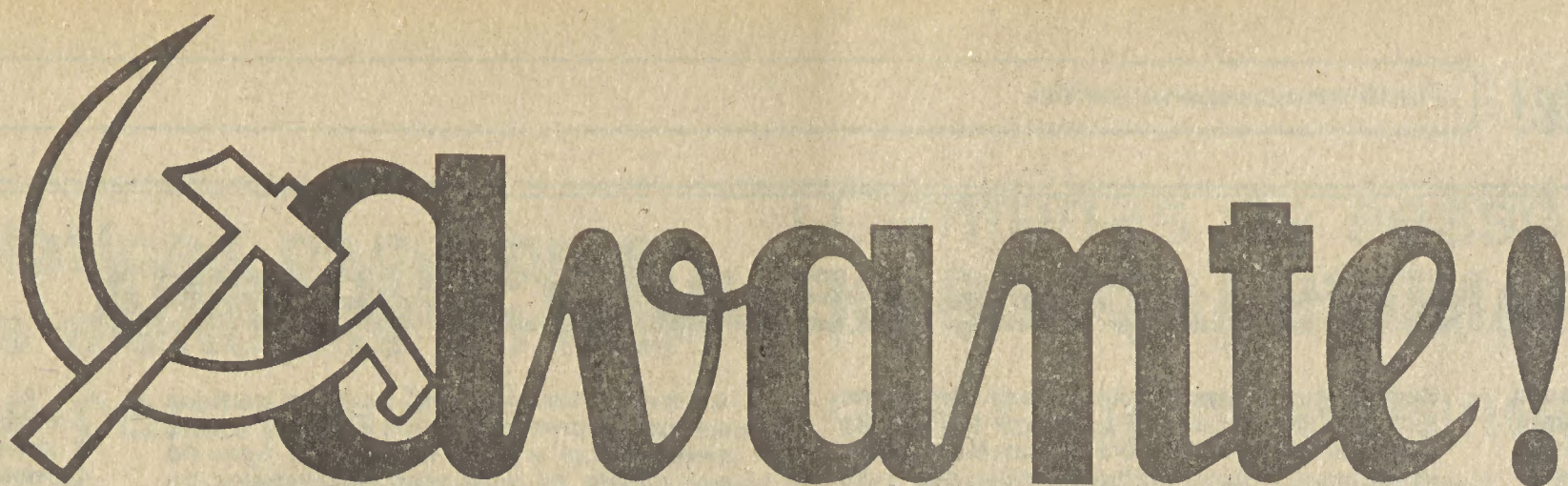


ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 305
22 de Novembro de 1979

Preço: 10\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

UMA VAGA DE APOIO POPULAR À DEMOCRACIA E À LIBERDADE CRESCCE DE NORTE A SUL DO PAÍS

Mais oito dias de trabalho para a vitória!

Os dias de campanha eleitoral que já decorreram têm demonstrado de forma exaltante a militância dos comunistas, a sua confiança no povo, na democracia e na liberdade, a sua dedicação e a sua capacidade de trabalho e organização, só igualadas pelo entusiasmo e crescente apoio popular à Aliança Povo Unido.

Uma semana nos separa do fim desta batalha! Uma semana para irmos ainda mais longe ganhando para o voto na APU, para o voto de Abril, ainda mais e mais portugueses. Oito dias para informarmos, para tornar tão claro como é o carácter reaccionário da «Aliança» do PPD, CDS e acólitos, a sua cara de 24 de Abril, a sua realidade de corrupção, de exploração, de inimigos do povo e do país. Para tornar claro que no dia 2 de Dezembro de 1979 Abril será tanto mais forte quanto mais portugueses votarem com os comunistas, com os democratas, com os muitos que irão votar

POVO UNIDO



O comício realizado no Porto no decorrer da visita do camarada Álvaro Cunhal ao Norte foi, como em todos os outros locais, uma jornada de firmeza e confiança

Milhares e milhares de pessoas nos comícios e sessões, o entusiástico e caloroso acolhimento popular aos dirigentes e militantes do PCP nas cidades, vilas e aldeias, as crescentes manifestações de apoio à Aliança Povo Unido-APU vindas de todos os sectores e de todos pontos de Portugal anunciam uma grande votação na APU para a concretização dos grandes objectivos da vitória democrática:

- derrotar a reacção mantendo o PPD, CDS e seus acólitos em minoria
- eleger uma maioria democrática na Assembleia da República, nomeadamente de comunistas e socialistas
- aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP

OS COMUNISTAS VOTAM NA APU OS COMUNISTAS VOTAM

POVO UNIDO



Editorial

AS GRANDES LIÇÕES DE UMA CAMPANHA

Editorial

AS GRANDES LIÇÕES DE UMA CAMPANHA

A dez dias da eleição intercalar de uma nova Assembleia Legislativa, cuja duração ficará circunscrita ao período que se estende até Julho de 1980, o Povo português está em vésperas de completar uma importante aclaração política de três questões fundamentais:

- a primeira, a solidez das instituições democráticas e do regime expresso na Constituição da República;
- a segunda, o vigor das raízes do 25 de Abril e a profundidade das transformações políticas, económicas e sociais operadas no processo de desenvolvimento do movimento popular e democrático;
- a terceira, a expressão aproximada, em termos eleitorais, (embora com as deformações resultantes da situação antidemocrática existente em vastas regiões) da força e influência políticas dos partidos e agrupamentos que em 2 de Dezembro disputarão o voto dos portugueses.

Nestas três questões a campanha eleitoral em curso fornece desde já uma lição de que é importante extrair as necessárias conclusões, uma grande lição política que penetra cada vez mais fundo na consciência das massas e a poderosa luta do povo português.

Na primeira, vê-se como a fúria desestabilizadora e o golpismo das forças da direita e da extrema-direita, protegidas pelo Imperialismo e agora agrupadas no cacharolete reaccionário que dá pelo nome de «Aliança Democrática», não puderam até hoje romper globalmente a muralha da legalidade democrática nem impor por meio da violência soluções anticonstitucionais para a crise política no sentido de abrir caminho a uma nova ditadura do grande capital.

O regime foi submetido a rudes provas nestes quase seis anos de existência; sob o fogo de jurados inimigos da democracia venceu curvas das mais apertadas da sua trajectória, por vezes mesmo à beira do abismo, respondeu com êxito total ao grande desafio da História e às arremetidas ferozes das forças do passado.

Em particular nos últimos dois anos os ataques da reacção interna e externa multiplicaram-se, aumentaram de rudeza e de astúcia, os próprios fundamentos do regime foram submetidos à acção dissolvente das forças antidemocráticas, mas as instituições do Portugal de Abril deram provas concluintes da sua robustez e valimento, resistiram com inabalável firmeza aos ataques do inimigo e mostraram a sua eficácia.

Podemos então concluir, desde já, que até ao fim da campanha eleitoral, incluindo os resultados mesmos das eleições intercalares, as instituições democráticas e o regime expresso na Constituição da República, apesar de toda a carga de desestabilização e golpismo das forças encabeçadas por Sá Carneiro e Freitas do Amaral e dos perigos reais que ameaçam a democracia portuguesa, estão a sair e sairão largamente reforçados e vitoriosos desta rude provação.

★ ★

Na segunda questão fundamental vê-se como por todo o território nacional, no Continente e nas

Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no seio das largas massas populares brilha e se amplia a chama libertadora dos Ideais de Abril, vê-se como o Povo português cioso das suas conquistas democráticas se ergue e mobiliza para as defender e alargar.

As forças agrupadas na Aliança Reaccionária, encabeçadas por Sá Carneiro e Freitas do Amaral, caluniam grosseiramente os militares de Abril; tingem de negras cores a gesta heróica dos «Capitães»; mentem com despudor quanto às verdadeiras responsabilidades e causas dos males que hoje afligem o Povo português; procuram ocultar sob um palavreado pseudo-democrático pomposo e balofo os seus reais objectivos de liquidação das liberdades e das outras conquistas do 25 de Abril.

Sá Carneiro, Freitas do Amaral, as almas do outro mundo do PPM, os pigmeus «reformadores» e outros respeitáveis «cavaleiros» da reacção, falam bestialmente compungidos da desgraça dos pobres, da carestia de vida, das habitações miseráveis, da pauperização dos lavradores, da ruína económica e financeira do País, prometem o paraíso (farão regressar — paleiam eles no seu «programa» — «o peixe a todas as mesas dos portugueses», tal como no passado outros demagogos prometiam o «bacalhau a pataco»).

E todo este leque de reaccionários clama em ridículos gritinhos nos seus comícios de opereta ou nas suas solenes declarações radiofónicas e televisivas que a culpa de todas essas desgraças é do «gonçalvismo», do 25 de Abril, principalmente dos «governos da maioria de esquerda».

Julgam que a memória do Povo português é curta e a inteligência popular é estreita para esquecer os verdadeiros causadores da crise e para julgar do carácter de classe da política que a isso conduziu.

O Povo português sabe como o 25 de Abril abriu uma era nova na vida dos trabalhadores, e de todas as camadas pobres e médias da população, sabe que foi exactamente no período de ascenso revolucionário, do chamado «gonçalvismo», que as condições de vida das classes e camadas pobres e médias do povo conheceram melhorias nunca dantes alcançadas e como, a partir dos últimos meses de 1975, sob a égide dos partidos e forças empenhadas na política de recuperação capitalista e dos seus governos, a sua situação se agravou a um ponto intolerável e como com o PPD, o CDS e o PS o espectro da miséria se agigantou de novo sobre a existência quotidiana dos trabalhadores portugueses.

Foi o governo PS sozinho mas aliado de facto ao PPD, ao CDS e apoiado pelo imperialismo e pelo patronato reaccionário, e depois os governos PS/CDS, Nobre da Costa e de maneira mais brutal o governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS, com o PPM e a CAP no MAP, que conduziram uma ofensiva tendente à destruição das conquistas de Abril, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo de gestão, dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, da própria Constituição que as reflecte e consagra.

As forças reaccionárias, os seus partidos legais mais representativos — o PPD e o CDS — querem burlar o povo e sacudir a água do capote quanto às suas responsabilidades no agravamento das condições de vida do povo.

Os salários reais e o poder de compra dos trabalhadores sobem precisamente até ao fim do ano de 75 e é depois sob a política de direita nos governos posteriores que vem por aí abaixo até ao nível em que hoje se encontram.

As «promessas» dos partidos reaccionários soam como a «banha da cobra» em que hoje já ninguém acredita. O pão da mentira é o alimento da reacção mas já não ilude o Povo português.

Os chefes da extrema-direita, do PPD, do CDS, da CIP, da CAP, da CCP, dos mini-coroados do PPM mais o grupelho «reformador» são como D. Pablo da historietta espanhola: «querem fazer um hospital para os pobres mas antes fizeram os pobres».

Na campanha eleitoral que está em curso o que se revigora e tempera diariamente na decisiva força do povo é o espírito imorredouro do 25 de Abril, a grandeza das transformações democráticas que ele proporcionou ao Povo português, a determinação popular de bater a reacção e defender as imperecíveis conquistas alcançadas.

★ ★ ★

Na terceira questão fundamental vê-se a forma como nesta fase final da campanha eleitoral o Povo português se comporta para com os partidos e coligações de partidos que dentro de dez dias disputarão as eleições intercalares e como estes se submetem ao voto dos eleitores.

Os partidos e agrupamentos coligados no cacharolete reaccionário da AD tentam arrebanhar todo o rebotalho da direita e captar com fraseado demagógico, mas sobretudo maneando as armas da intimidação e da coacção moral e religiosa, uma massa de eleitores que lhes garanta a impossível maioria «para mudar Portugal», isto é, o domínio do aparelho de Estado e do poder legislativo que lhes permitisse destruir Abril e as suas conquistas.

No saco de gatos da AD já se ouvem os miados da «assanhação»: os caciques do PPD e do CDS nas autarquias locais, alguns deles atascados na corrupção e na fraude até aos gorgomilos, já se esgatanham na disputa dos postos dirigentes. Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, os componentes da Aliança Reaccionária dilaceram-se mutuamente. As hostes de Alberto João, na Madeira, chamam de marxistas (!!!) ao CDS e os pupillos de Freitas chamam fascistas aos de Carneiro. A desordem entre a gataria põe em perigo a integridade do «saco».

Brilhantes caravanas de reluzentes «Mercedes» partem com os candidatos da AD à «conquista do Alentejo» — como comecamente esbraveja o sr. Sousa Tavares, em Évora. Damas ostentando o seu chiquismo participam nos comícios AD, gritam «morte aos comunistas» e escarmentam com os mais sugestivos adjectivos o sr. Mário Soares.

Saudação do CC do PCP ao XII Congresso do PC Romeno

Decorre em Bucareste, capital da Roménia, o XII Congresso do Partido Comunista Romeno, cujos trabalhos se prolongam até depois de amanhã. O PCP está representado por uma delegação composta por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e António Graça, do CC.

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCR uma saudação em que se afirma, nomeadamente:

Queridos camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente os delegados ao 12.º Congresso do Partido

Comunista Romeno, todos os comunistas e o povo trabalhador da República Socialista da Roménia.

Os comunistas portugueses acompanham com grande interesse e viva satisfação o trabalho e as conquistas alcançadas em todos os domínios pelos trabalhadores e o povo romeno sob a direcção do Partido Comunista Romeno, na edificação da sua pátria socialista.

Fazemos votos para que novos e grandes êxitos sejam alcançados, para que sejam coroados de sucessos os vossos esforços visando o fortalecimento da base económica e material da sociedade e o desenvolvimento

da democracia socialista, por novos passos em direcção à sociedade socialista desenvolvida.

Os êxitos e as realizações dos países socialistas comprovam a imensa superioridade do socialismo sobre o capitalismo, intervém como poderoso incentivo na luta revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo. Combatendo firmemente em Portugal as calúnias e intrigas do inimigo de classe contra os países socialistas e a sua coesão, o PCP continuará invariavelmente solidário com os comunistas e o povo romeno no seu trabalho criador, continuará a agir para que se reforcem as relações de amizade

e cooperação entre o povo português e o povo romeno, entre o novo Portugal democrático e a Roménia socialista.

(...)

Queridos camaradas,

O PCP está consciente de que a luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português para defender as conquistas de Abril, é parte integrante da luta geral dos povos pela sua emancipação nacional e social, contra o imperialismo, pela paz, a democracia, o progresso social e o socialismo.

Ao passo que a crise do capitalismo se aprofunda

e agudiza, os países do campo socialista obtêm novos sucessos, desenvolve-se a luta da classe operária dos países capitalistas contra o poder dos monopólios, o movimento de libertação nacional alcança vitórias históricas na África, Ásia e América Latina.

O imperialismo tenta por todos os meios impedir e sufocar o impetuoso avanço do processo revolucionário, recorre a pressões, ameaças e agressões armadas contra os povos, tenta sabotar o processo de desanuviamento e coexistência pacífica, agrava perigosamente a tensão internacional.

São expressão dessa política as recentes provocações contra Cuba socialista, a criação pelos

EUA da «força de intervenção rápida» com o objectivo confessado de intervir militarmente no Médio Oriente e outros pontos do globo, os projectos de instalação de 600 mísseis de alcance médio em países europeus da NATO, que põem em perigo a paz e a segurança na Europa e no Mundo.

Face a uma tal situação o PCP põe em relevo a política de paz e coexistência pacífica, as medidas e propostas concretas apresentadas pela URSS e outros países socialistas visando deter a perigosa escalada da corrida aos armamentos desencadeada pelos círculos mais reaccionários e agressivos dos EUA e da NATO.

O PCP considera que a luta em defesa da paz e contra a corrida aos armamentos é uma tarefa da comunidade socialista, o reforço da unidade do movimento comunista internacional, e acção solidária de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

Queridos camaradas, Uma vez mais desejamos os maiores sucessos aos trabalhos da 12.ª Congresso do Partido Comunista Romeno no interesse da edificação socialista da Roménia, do fortalecimento do campo socialista, da causa da paz e da amizade entre os povos.

O Partido Comunista Português continuará a actuar

para que os laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCR se reforcem mais no futuro na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e países, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e da frente mundial anti-imperialismo, no interesse da causa comum da paz, da democracia, do progresso social e do socialismo.

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Romeno! Viva o 12.º Congresso do Partido Comunista Romeno!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Somo Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 788345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Somo Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-Civ.º - 1000 Lisboa. Tel. 789705. (Abrangem dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 188, Pedreira - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779829.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776937. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Outubro: 71 600



Encontro de Álvaro Cunhal com o Secretário Geral do PC Libanês

De passagem por Lisboa foi recebido por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, o secretário-geral do Comité Central do Partido Comunista Libanês, Georges Hawi, acompanhado de Nadim Abd Alsamad, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PCL e de Mehmed Abou Rizk, membro do CC do PCL.

No encontro, realizado na passada sexta-feira, e em que tomaram também parte Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e António Ângelo, da Secção Internacional do PCP, foi

efectuada uma troca de informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos respectivos partidos, assim como sobre a situação no Médio Oriente, tendo-se sublinhado a importância da cooperação da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua causa principal, a Palestina, recentemente realizada em Lisboa.

Este encontro decorreu em ambiente de fraternal e solidária amizade, que caracterizam as relações existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Libanês, baseadas nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

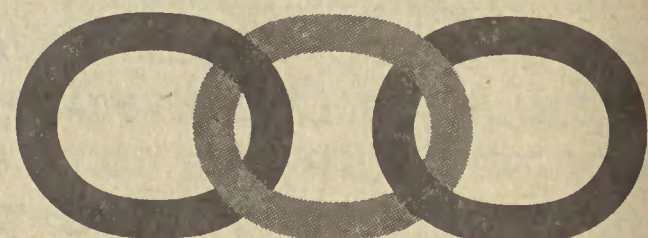
REVISTA INTERNACIONAL

problemas da paz e do socialismo

TABELAS DE ASSINATURAS (1 Ano/12 Números)

	Via Normal	Via Aérea
Portugal	24800	30600
Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique	24800	60600
Espanha	24800	30600
Europa	38400	50400
Outros países	38400	74800

edições Avante!



POVO UNIDO na Rádio

Programa 1 e Programa 3 da Radiodifusão Portuguesa

HOJE
45 minutos com a APU
(das 19.15 às 20 horas)

REFORMA AGRÁRIA
A CRISE E A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA
SALÁRIOS E PREÇOS
A JUVENTUDE

Intervenções de
VICTOR LOURO • ANTUNES DA SILVA
CARLOS CARVALHAS
e candidatos da Juventude

DEPOIMENTOS • CANÇÕES • POEMAS

Três características peculiares das propostas eleitorais do PCP — um Programa para realizar

Uma separata do «Avante!», que ocupa as páginas 9 e 10 do número da semana passada, divulga o Programa Eleitoral do PCP. Integrado no corpo do jornal, o texto é para ser destacado formando um pequeno folheto de oito páginas que sistematizam as propostas do Partido integradas na campanha para a eleição intercalar de 2 de Dezembro de 1979.

O objectivo imediato desse documento — as próximas eleições para a Assembleia da República — não deve obscurecer uma característica essencial que distingue o «Programa para o Portugal de Abril» dos documentos de outras forças políticas aparentemente elaborados com o mesmo objectivo imediato, as eleições. Essa característica é a fidelidade rigorosa ao Programa do PCP aprovado em Congresso, a fidelidade aos documentos fundamentais do Partido. É o compromisso solene que o PCP sempre assume na defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, dos direitos, liberdades e garantias de todo o Povo português.

Sempre aberto à realidade, Partido que aprende com a vida, o PCP não necessita de subordinar o seu programa eleitoral a qualquer contingência ou ambição de carácter eleitoralista. Assim como a fidelidade aos princípios, legitimada democraticamente, não o torna estático, não o afasta das realidades, também o seu Programa Eleitoral é um espelho actual das necessidades, carências e anseios mais sentidos pelos trabalhadores, por todo o Povo.

É a partir dessa realidade, dessas realidades analisadas e discutidas profundamente, que o PCP, através do seu Programa Eleitoral publicado no «Avante!» da semana passada, «propõe ao Povo português e a todos os democratas e patriotas uma base séria para o entendimento, a acção comum e uma política governativa que responda às aspirações dos portugueses, capaz de fazer frente aos problemas do País e que tenha em conta as realidades nacionais».

O Programa Eleitoral do PCP («para o Portugal de Abril») tem ainda outra característica que o distingue

perfeitamente, nesta campanha para as intercalares da Assembleia da República, dos documentos eleitorais de outras forças políticas. É a concordância absoluta entre a acção, a prática constante do Partido, e as propostas que apresenta no seu Programa. Não propomos, como fazem outros, aquilo que a sua acção, a sua prática desautorizam. Propomos conforme actuamos. Propomos de acordo com a luta que sempre desenvolvemos e continuaremos a desenvolver com determinação e confiança, correspondendo, como o Programa Eleitoral reafirma, «à aspiração geral do Povo português de viver em democracia, de alcançar melhores condições de vida, de assegurar a independência nacional». As propostas do PCP correspondem «às necessidades e condições objectivas e concretas do Portugal de hoje».

Dessas duas características peculiares ao Programa Eleitoral do PCP deriva uma terceira que legitimamente podemos reivindicar como sendo o voto da verdade e da confiança. Verdade e confiança que o PCP assegura não apenas através das propostas que apresenta ao eleitorado, mas com a sua própria acção, com as posições que defende, com a prática da sua organização nacional.

É nessa realidade que o Programa Eleitoral assenta e dela participa integralmente.

A coerência, fruto da responsabilidade do Partido dos trabalhadores, garante a honestidade das propostas do PCP e, designadamente, o seu compromisso solene de **rectificar e reparar todos os abusos e ilegalidades cometidas** — «dever imperioso de qualquer governo democrático». Correspondendo «inteiramente aos interesses e aspirações de todas as classes e camadas antimonopolistas», aos interesses e aspirações dos «sectores e camadas mais desfavorecidas», o Programa Eleitoral do PCP é um Programa para «ser realizado com a opinião, o esforço e o trabalho criador de todos os portugueses. É um Programa para encetar uma nova época na vida nacional. Para garantir o bem-estar dos portugueses, a prosperidade e a independência de Portugal».

Centenas de sessões e comícios para divulgar um programa que o povo entende e aclama

O programa do Partido Comunista, que os militantes apresentam ao eleitorado é muito claro. Por isso mesmo tem encontrado junto de todos que nele vêem a possibilidade real da saída para a crise a que umia política de direita tem conduzido o país, um apoio também claro e inequívoco. Através de milhares de sessões em todo o país, os comunistas divulgam o seu programa, apelam ao voto na Aliança Povo Unido, respondem às questões que lhes são postas, esclarecem a necessidade do voto na APU.

Divididos entre sessões, encontros e comícios, centenas de camaradas participaram na batalha do esclarecimento que, nos últimos dias se travou em todas as regiões, do litoral ao interior, da serra à planície. Dirigentes e militantes do Partido têm-se empenhado nestas

jornadas que deixam pouco tempo de descanso, mas que constituem poderoso revitalizador, ao serem confrontados, por um lado com o desejo que amplas camadas da população mostram em conhecer a palavra dos comunistas, por outro pela recepção calorosa que por toda a parte encontram.

Além da viagem que o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, efectuou ao Centro e Norte do país, outros membros dos órgãos executivos do Comité Central se deslocaram a outras regiões de Portugal.

Octávio Pato participou em comícios e sessões em Lisboa — Pavilhão dos Desportos —, na Branda, em Ermidas, em Alvalade e na Merceana.

Joaquim Gomes esteve em Redondo, em Portel e em Vila Viçosa.

Enquanto Dias Lourenço, numa viagem à Madeira, esteve no Funchal, em Santa Maria Maior, em Câmara de Lobos e em Machico, José Vitoriano deslocava-se a Fíães, Condeixa-a-Nova e a Cantanhede.

Blauquel Teixeira visitou o distrito de Castelo Branco

— Tortosendo, São Romão, Teixoso, Alcains e a própria capital do distrito foram as localidades onde se realizaram sessões e comícios.

Jaime Serra esteve em Serã e em São Brás. Ângelo Veloso na Régua e em Faveiros. Raimundo Cabral em Foros de Salvaterra.

Não poderia caber aqui a relação sequer de todas as sessões efectuadas, nem que dissesse apenas respeito aos membros do Comité Central do Partido. Desde as maiores cidades às mais recuadas aldeias, os comunistas levam as suas propostas e os seus esclarecimentos ao povo. E o povo ouve-os e entende-os. Porque falamos a linguagem comum dos que querem e demonstram na prática que podem, juntos com outros democratas, resolver os problemas do país.

A APU está entre os emigrantes

Não é apenas em Portugal que a campanha prossegue e os portugueses se interessam pelas propostas do PCP. Também em terras onde há portugueses que trabalham e não esquecem a pátria, os comunistas levam a sua palavra, esclarecem, apelam ao voto seguro e certo, na democracia — o voto na APU.

Promovidas por Comissões de Apolo à candidatura da APU, realizaram-se já na Europa capitalista cerca de 50 sessões de esclarecimento, nas quais participaram mais de quatro mil e duzentas pessoas, na totalidade. Nos próximos dias está prevista a realização de, pelo menos, mais 20 sessões de esclarecimento, 14 das quais na RFA.

Entretanto, de Londres, recebemos a notícia de que a camarada Georget Ferreira, membro do Comité Central do Partido, deputada comunista e candidata APU pelo círculo da Europa esteve recentemente na capital britânica onde, há dias, participou numa sessão de apoio às listas APU. A sessão decorreu com animação e em ambiente festivo, com os assistentes empenhados num verdadeiro esclarecimento.

Convidado pelas Comissões de Apolo à candidatura APU de Montreal e Toronto, Canadá, esteve nesse país o candidato da Aliança Povo Unido pelo círculo de Fora da Europa, camarada Carlos Pinhão. Estas Comissões, que integram um largo leque de

democratas prestigiados na comunidade portuguesa, promoveram, no passado dia 10, uma sessão em Montreal, onde Carlos Pinhão teve oportunidade

de contactar com os nossos compatriotas que ali trabalham e vivem, tendo respondido a numerosas perguntas que lhe foram colocadas sobre a situação



Também longe de Portugal, a APU reúne portugueses que se empenham na transformação democrática da sua pátria. Aqui, em Montreal, no Canadá, um almoço de confraternização em que participou o candidato Carlos Pinhão, da APU.

Saudação da DORL

“O Plenário da DORL do PCP, reunido no dia 16, saudou calorosamente as organizações e militantes do distrito, todos os simpatizantes e amigos, o povo da região de Lisboa, que tomaram possível a memorável jornada do dia 11 com que o PCP abriu a campanha da APU para as eleições da Assembleia da República no distrito de Lisboa” — afirma-se numa saudação da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP dirigida às organizações, militantes, simpatizantes e amigos do PCA, divulgada na passada semana. A saudação prossegue:

“Iniciativa de tal envergadura só foi possível pela dedicação, militância e espírito criador de milhares de camaradas que se empenharam a fundo na organização do desfile, concepção e execução de carros alegóricos, trabalho de propaganda e nas mais diversas tarefas de apoio para cujo êxito muitos contribuíram com as suas horas de descanso.

Para a grandiosidade, carácter popular e patriótico desta jornada contribuíram, também, muitos e muitos amigos que nas bandas, nos ranchos folclóricos, nas realizações desportivas, nas decorações artísticas e noutras

actuações deram o melhor de si próprios, da sua força, imaginação e sensibilidade, mostrando o que pode fazer o Povo Unido.

No desfile do Partido dos Trabalhadores com o Povo Unido, nos carros alegóricos, na participação desportiva, na presença das organizações do Partido, das empresas, dos jovens e das crianças, nas flâmulas e bandeiras, nos ranchos e bandas, apareceu a alegria de unidade e luta, a coragem, a firmeza, a serenidade e a beleza, a confiança no Portugal de Abril.

Do comício, do grande Estádio dos trabalhadores, de

novo recuperado, completamente cheio, desprendia-se a força organizada capaz de defender e prosseguir Abril.

A abertura da campanha eleitoral da Aliança Povo Unido no distrito de Lisboa é uma grande vitória que vai marcar toda a campanha.

Com o dia 11 a reacção foi derrotada nas ruas de Lisboa. Trata-se agora de, nos dias que restam da campanha, com um novo empenhamento e a força, imaginação, serenidade e confiança já demonstrados, trabalhar para que seja derrotada nas urnas, no dia 2 de Dezembro.”

A palavra dos comunistas

O que querem os esquerdistas?

Nós, os comunistas, consideramos indignos do 25 de Abril todos e quaisquer actos terroristas e provocatórios e por isso firmemente os condenamos.

E se é certo que é a reacção que fomenta, organiza e instiga tais acções, também é certo haver declarações de esquerdistas ou pseudorevolucionários que dão aches às campanhas da reacção e com a reacção colaboram objectivamente.

Como interpretar, por exemplo, as declarações de Otelo de que «a liberdade só poderá ser conquistada quando os trabalhadores de armas na mão derrubarem violentamente a burguesia dominante»?

Afirmações como esta, que talvez alguns considerem muito «revolucionárias», nas actuais circunstâncias apenas têm o mérito de engrossar o arsenal da propaganda reacçãoária. Isto, para além de desviar a atenção das massas populares para objectivos e concepções que nada têm a ver com a necessidade de mobilizar, unir e organizar os trabalhadores e as mais amplas camadas da população em grandes e poderosas acções e movimentos de massas, tal como o PCP e a APU estão a fazer na campanha eleitoral em curso e como ficou bem evidente no grandioso desfile e comício do passado dia 11.

Os esquerdistas são objectivamente aliados da reacção, seja qual for o nome sob o qual se escondam. Eles apresentam, para além de um profundo anticomunismo, traços comuns e constantes como seja a prática divisionista, a inevitável falta de pontaria sempre que toca à definição do inimigo principal, o alheamento e o desprezo pela luta de massas.

Não é difícil constatar isto: basta ler um qualquer documento dos variados agrupamentos esquerdistas e ali aparecerão nítidos esses traços. São os ataques ferozes ao PCP e às forças democráticas mais consequentes; é a insistência nos ataques aos órgãos de soberania e actual governo num momento em que, mesmo para os mais miopes, o inimigo principal é a Aliança Reacçãoária e em que mudança de governo, a haver, seria para um bom mais à direita e para pôr em causa a realização das próximas eleições.

Tudo isto em completa e perfeita sintonia com a reacção. Não fora a diferença de linguagem e dificilmente distinguiríamos nos objectivos um documento do CDS de um da UDP ou um documento do PPD de um do MRPP.

Aliás, estamos convencidos que, se não fosse na mira de ainda poder vir a enganar algum eleitorado menos esclarecido com o seu palavreado pseudo-revolucionário ou com o uso abusivo do símbolo do PCP, estes ilustres revolucionários iriam completar a manta de retalhos da Aliança Reacçãoária, enriquecendo-a em matizes contra-revolucionários.

Por que não, se lá cabe tudo? De ex-dirigentes do PS (democratas num passado longínquo, repensadores num passado recente, reformadores no presente e candidatos, após tão profícua carreira política a reformados num futuro próximo), a caceteiros da CAP, a débeis e lânguidos aristocratas, a caciques corruptos, a toda a espécie de dissidentes, tudo lá é generosamente aceite. Também o seriam por certo os rapazados dos grupelhos do MRPP ou dos variados m-ls e (Rs), se não lhes tivesse sido destinado um outro papel para desempenhar.

Ainda quanto ao alheamento e desprezo dos esquerdistas pela luta de massas, eles são flagrantemente, por exemplo, na sua propaganda, nome das eleições para a Presidência da República, toda a sua campanha se desenvolveu à volta da figura de um homem que pretendia personificar o 25 de Abril. Hoje, para as intercalares, é um outro militar que pretende monopolizar o 25 de Abril e levá-lo à Assembleia da República, como podemos ver nos cartazes espalhados pela cidade.

Entretanto, o mesmo militar diz que um dos erros da APU é «não notar que estamos no Portugal do 25 de Novembro e não no Portugal de Abril».

Tal como a reacção só conhece a data do 11 de Março, assim os esquerdistas só conhecem a do 25 de Novembro, pretendendo ambos apagar o 25 de Abril da memória do nosso povo.

E depois de tudo isto é caso para perguntar: Afinal que se propõe o major Tomé levar à Assembleia da República? O 25 de Abril ou o 25 de Novembro? O que os esquerdistas querem, efectivamente, é dividir o voto e a acção unitária dos trabalhadores, é dividir as forças democráticas e todos os que confiam na continuação dos ideais do 25 de Abril e na luta que acabará por levar à consolidação das grandes conquistas consagradas na Constituição.

Para esta gente, desligada como está das massas e incapaz de analisar e entender um processo revolucionário, não existe um

movimento operário forte e coeso, não interessa a luta de massas, não conta a força organizada dos trabalhadores, a luta de classes é uma treta; para esta gente, quem decide do processo revolucionário são super-homens ou, à falta deles, qualquer pretendo caudilho que possa jogar com os sentimentos democráticos do nosso povo, servindo-se para tanto do papel que mal ou bem desempenhou no 25 de Abril.

Mas se em 76 foi fácil, através da demagogia, levar muitos trabalhadores desencantados com o processo a votar errado, hoje, três anos decorridos, ainda com o sabor amargo do erro na boca, os trabalhadores saberão responder a tais manobras votando conscientemente na APU.

(Octávio Pato, em 16 de Nov., no Pav. dos Desportos)

Ventos de liberdade nos feudos da AD

(...) Agora que se aproximam as eleições, a Aliança Reacçãoária, forma encontrada pelo PPD e pelo CDS para melhor escamotear as respectivas derrotas, tudo promete e faz para aparecer aos olhos das populações como legítima defensora dos seus interesses.

Os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores e rendeiros, conhecem na pele os benefícios que teriam a esperar de partidos como o CDS e o PPD responsáveis e um deles, o PPD, autor da lei dos «senhores ricos» e de homens como o sr. Tomás Correia, ex-presidente da CAP e actual presidente da Junta Nacional dos Vinhos, principal responsável pelo que se está a passar com o vinho.

Quando presidente da CAP (de onde viria a demitir-se para transitar para a JNV) o sr. Tomás Correia era também presidente da União das Adegas Cooperativas.

Todos vós por certo estareis lembrados da política ruinosa por ele conduzida em relação à União e às Adegas Cooperativas suas, associadas. De como quis entregar a União à Sociedade de Vinhos Bararado, só não o conseguindo devido à oposição das Adegas.

A própria Adega Cooperativa da Merceana, que havia dado o seu acordo à aquisição de 65% do capital da Bararado, viria depois a pedir a sua demissão da associada. Todas as Adegas, aliás, têm vindo a abandonar a União, hoje completamente desacreditada e falida, devendo dezenas de milhares de contos às Adegas associadas.

Todos vós sabeis que, enquanto presidente da JNV o sr. Tomás Correia, para além de deixar subir artificialmente o vinho no consumidor, criando assim mercado especulativo, viria a importar 600 000 hl de vinho, no valor de mais de um milhão de contos, conhecendo perfeitamente a quantidade de vinho que os produtores ainda possuíam (só aqui na Merceana existem ainda 4000 pipas da colheita de 1978 e na região do Oeste cerca de 60 000) e a boa colheita que se esperava para 1979. Parte deste vinho veio a ser devolvido pela sua má qualidade.

Todos vós sabeis também que, com este negócio, só os grandes armazénis beneficiaram pois que, sem trabalho, embolsaram entre 17500 e 24800 por litro e por ele foram prejudicados não só os pequenos e médios agricultores como a própria economia nacional.

Entretanto, quem garante ao produtor no que respeita ao preço do vinho? Vai vendê-lo a 7500 para chegar ao consumidor a 40500?

É prevendo-se uma produção na ordem dos 14 milhões de hl, não indo o consumo interno além dos 7 milhões de hl e sendo a exportação de 1,5 milhões, como pensa a Junta resolver o problema do escoamento dos restantes 5,5 milhões de hl de vinho?

Que medidas de fiscalização estão a ser tomadas contra os mixórdies do vinho a martelo, factor que, juntamente com a alta dos preços, levou à baixa da procura de vinho no mercado interno? É urgente que o Governo tome medidas e satisfaça as justas reivindicações dos pequenos e médios agricultores, nomeadamente no que respeita: à fixação de 20500 para o vinho tinto e 16500 para o vinho branco, garantindo o seu escoamento através da intervenção da Junta Nacional dos Vinhos; ao financiamento das Adegas de molde a poderem continuar mais vinho; ao inquérito à JNV sobre a importação de 600 000 hl de vinho e à demissão do seu presidente sr. Tomás Correia.

É urgente que se eneste uma política democrática, virada para defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, de todos os trabalhadores, da economia nacional.

Para tanto é necessário derrotar nas próximas eleições a Aliança Reacçãoária e votar massivamente na APU. (...) Três anos de prática de corrupção ao nível do poder local e de uma prática política virada contra os interesses dos próprios sectores

e camadas sociais que os elegeram, ao nível do poder central, são efectivamente factores de muito peso na avaliação que os eleitores do PPD e do CDS terão feito dos partidos em que votaram em anteriores eleições.

A Aliança Reacçãoária tem toda a razão em estar preocupada. Ventos de liberdade invadiram os seus feudos e hoje já não conseguem levar consigo quem ontem levavam, e amanhã não conseguirão levar quem hoje ainda levam. Cada vez é mais claro para as amplas camadas populares quem defende os seus interesses.

O PCP e a APU aparecem cada vez mais como as forças mais capazes de promover a viragem democrática que se impõe para a política nacional, as forças mais firmes e coerentes na luta por uma política que tenha em conta os interesses dos trabalhadores e das camadas laboriais e sociais, e os interesses da economia nacional.

Entre outras medidas, o PCP, integrado no quadro da APU, propõe-se lutar pela melhoria das condições de vida, pela contenção dos preços e pela elevação dos salários, pela defesa das liberdades, contra o desemprego e os despedimentos, pelo Serviço Nacional de Saúde, pela revisão da lei das rendas de casa e pela revisão da chamada Lei Barreto e da Lei do Arrendamento Rural, pela diminuição da taxa de juro e pela concessão de crédito aos pequenos e médios agricultores e rendeiros e aos pequenos e médios comerciantes e industriais, pela actualização das pensões de reforma.

(Octávio Pato na Merceana, em 18/11/79)

A derrota da direita vai ser um facto

Ontem, a Aliança dita Democrática, de facto reacçãoária, fez aqui um comício. É possível que tenham ido contentes para casa, depois dos fracassos de Vila Real e Bragança. Mas hoje ao acordar devem ter tido um grande sobressalto. A cidade acordou coberta de apelos ao voto na APU.

Não foi só aqui. No distrito todo. No País todo. É obra de milhares e milhares de activistas da APU, de comunistas, de membros do MDP/CDE e elementos sem qualquer partido. No distrito do Porto, nas listas APU/autarquias 60% dos propostos não são membros do PCP nem do MDP. 25% são ex-PPS. A largueza e a amplitude da unidade na APU é um facto à vista.

Hoje várias caravanas correm o distrito. Aqui fazemos esta grande festa-magusto. Existem todas as condições objectivas para uma grande vitória da APU. Todos nós sentimos isso. Sentimos que avançamos. Sentimos o entusiasmo e o ânimo e a confiança que irradia de todos nós numa grande vitória ao nosso alcance. Aqui mesmo, se vive esse sentimento de confiança, de certeza na vitória da APU. É muito importante. De facto vamos ter uma grande vitória.

Mas é preciso aprofundar a vitória. Há que trabalhar muito para convencer mais e mais pessoas a votar APU. Há que trazer mais e mais socialistas a votar APU. Há que trazer mais e mais jovens que agora votam pela primeira vez, a votar APU. Há que trazer mais e mais pessoas sem partido a votar APU. Há que trazer mais e mais trabalhadores que votaram na direita a votar agora APU, a compreenderem que só a APU defende o interesse dos trabalhadores.

Muita gente, muitos trabalhadores, pode pensar que não vale a pena votar. Já votaram em 1975, já votaram em 1976, e hoje podem sentir-se desanimados. Esta festa e os comícios são muito importantes. Mas é preciso ir até às pessoas. De porta em porta. Nas empresas. Em toda a parte. Convençê-las da importância de votar na APU. Convençê-las da importância de votar. No próprio dia da eleição é necessário trabalhar para que ninguém deixe de votar na APU. Só assim aprofundaremos ao máximo a derrota da direita.

Os votos nos esquerdistas e na UEDS são votos perdidos para a esquerda e ganhos para a direita. A acção correcta da UEDS seria desistir a favor da APU.

A derrota da direita vai ser um facto. A Aliança dita Democrática, de facto reacçãoária, vai ficar em minoria. Só o PS pode abrir o caminho a uma política de direita. Declarações recentes dos socialistas são perigosas. Mário Soares disse que não faria obstrução a um governo da Aliança Reacçãoária. Foi esta teoria que permitiu o governo Mota Pinto. Temos que esclarecer os trabalhadores e os próprios socialistas sinceros e honestos do que pode significar esta posição de «não obstrução» à direita por parte do PS. Temos que criar desde já um amplo movimento popular, englobando os próprios socialistas, para impedir o PS de se aliar com o PPD e para forçar o PS a definir

posições claras contra a direita. É importante fazê-lo. Para hoje e para amanhã. É também possível. O PS deixou passar o governo Mota Pinto. O PS absteve-se no Orçamento do governo Mota Pinto. Mas a luta popular forçou depois o PS a votar contra o governo Mota Pinto.

Isto significa que é necessário lutar desde já por um governo democrático. Isto é, um governo assente na maioria que vai haver de deputados do PS, do PCP e do MDP. Um governo com uma política democrática. Um governo que tem que ter comunistas, porque os comunistas são o partido dos trabalhadores, dos explorados, dos pobres, do povo (...).

(Ângelo Veloso no Porto, em 11/11/79)

Não são apenas mais umas eleições

As eleições intercalares do próximo dia 2 de Dezembro colocam aos trabalhadores, aos democratas, a todo o povo português uma grande responsabilidade — a responsabilidade de defender a Revolução de Abril e as suas conquistas democráticas!

Do resultado destas eleições vai depender muito o futuro da democracia portuguesa. Não são apenas mais umas eleições, apenas umas escaramuças entre partidos em torno dos votos. Não! Não é disso que se trata!

O povo português está colocado perante duas escolhas, perante duas alternativas:

— Ou temos uma maioria democrática ou temos uma maioria reacçãoária;

— Ou temos uma Assembleia da República com uma maioria democrática, real, condição necessária para uma viragem democrática na política portuguesa, ou temos uma maioria de direita reacçãoária com sérios perigos para a democracia;

— Ou temos o prosseguimento do Portugal de Abril com as suas conquistas democráticas, ou temos o Portugal dos monopólios e dos agrários, curvado ao imperialismo, com dias cheios de sacrifícios para os portugueses.

Não há outra escolha! Não temos outro caminho! Não temos outra alternativa! A direita coloca um desafio à Revolução do 25 de Abril, um autêntico desafio e afronta aos sentimentos democráticos do povo português! A direita desafia o 25 de Abril! Desafia a liberdade dos portugueses!

Estas eleições intercalares apresentam-se com alguns aspectos novos. Elas começam logo por ser intercalares. Foi a direita reacçãoária, na sua política golpista, na sua tentativa constante para inviabilizar o processo democrático português que precipitou estas eleições, cujo termo normal só deveria ter lugar daqui a cerca de 8 meses.

Quais são alguns desses aspectos novos?

— primeiro: pela primeira vez depois do 25 de Abril, a direita reacçãoária apresenta-se nestas eleições coligada numa frente eleitoral. A direita — PPD, CDS, monárquicos e outros —, ou seja, as forças e as figuras mais hostis e agressivas à Revolução portuguesa, rompendo com tudo o que há de democrático e cheire a 25 de Abril, aparecem juntas nestas eleições sem máscara!

A direita apresenta-se com uma linguagem e um programa eleitoral fascistas. Não escondem a cara. Não se preocupam em mascarar-se de «liberal» e com cores de «democrática». Não! O seu programa é claro. A sua linguagem também.

O CDS grita: é necessário «acabar com a maioria de esquerda e não permitir que ela jamais volte a governar!»

O PPD grita: «É necessário formar um bloco democrático»

capaz de levar por diante «a revisão da Constituição!».

É necessário «acabar com a maioria PS/PCP e substituí-la por uma nova maioria democrática», grita o CDS!

«É necessário legalizar o PCP», nos Açores!

O país precisa de uma vassourada! O país precisa de um novo regime! O país precisa de liberdade para reaver a Constituição», grita essa figura odiosa que se chama António Barreto!

Poderíamos citar muitas e muitas outras afirmações do mesmo género dos dirigentes dos partidos de direita. O seu programa eleitoral constitui um autêntico golpe de Estado. A sua aplicação significaria a destruição total da democracia. A direita propõe-se «rever» a Constituição (destruí-la), «rever» a lei eleitoral, a lei dos partidos e liberdades sindicais, a lei sobre as nacionalizações, o sistema de eleição do Presidente da República, etc., etc.

Quer dizer, por detrás da coligação PPD, CDS, monárquicos, reformadores e seu programa, esconde-se a voz do fascismo! Por detrás da aliança reacçãoária esconde-se uma força que tem o nome de fascismo! Que não haja dúvidas sobre esta verdade!

(António Gervásio em Évora, 11/11/79)

Semana

14

Quarta-feira

1866 — Morre D. Miguel, o ex-monarca português que procurava implantar o absolutismo no país.



Cheias: prejuízos elevadíssimos

O matutino «o diário» noticia que acabam de ser confirmadas todas as acusações públicas vindas a lume no Verão passado contra o cacique de Valpaços, Sobrinho de Moraes, pelo inspetor-geral nomeado pelo secretário de Estado da Administração Regional e Local, na sequência de inquérito realizado naquela Vila. ■ Segundo um decreto-lei do Ministério das Finanças publicado no «Diário da República», o governo autoriza a concessão de financiamentos até ao montante de 1 600 milhões de escudos para reparação dos estragos causados pelos temporais do inverno passado. ■ O Presidente da República vota a promulgação das alterações à Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária e a Lei da Radiodifusão Portuguesa. ■ O Conselho de Gerência da TAP decide, unilateralmente, anular o acordo sobre enquadramentos que firmou há dois meses com os trabalhadores, quando era presidente do CG da TAP o actual ministro dos Transportes. ■ A Comissão Negociadora Sindical da convenção colectiva de trabalho para os trabalhadores de farmácia suspende a greve de dois dias marcada para hoje, na sequência de contactos informais com as Secretarias de Estado do Trabalho e da Saúde.

15

Quinta-feira

1924 — Vitimado por um desastre de aviação, morre nos mares do Norte o aviador Sacadura Cabral.



Paralisação na construção civil

Reunidos em Plenário, os trabalhadores da Petroquímica decidem, definitivamente, não fazer a greve que estava anunciada para segunda e terça-feira próximas, acatando a recomendação da Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacéutica, que desaconselha a greve por considerá-la positiva o acordo de princípio a que chegaram com o conselho de gerência. ■ Entre 80 a 85% dos 250 000 trabalhadores da Indústria de construção civil paralisam a nível nacional, aderindo à greve para pressionar o patronato a negociar a revisão dos salários. ■ Os trabalhadores da Rodoviária Nacional, Petrolgal, CP e Siderurgias Nacionais elegem os seus representantes para vários órgãos daquelas empresas públicas.

16

Sexta-feira

1717 — É lançada a primeira pedra para a construção do convento de Mafra.

O Secretariado das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa distribui um comunicado alertando os seus associados contra as manobras reaccionárias da CAP, que pretende, em manobra eleitoralista, fazer uma manifestação em Lisboa no próximo dia 25 de Novembro. ■ O MDP/CDE divulga o seu Programa de acção eleitoral. ■ Uma nota oficial do Governo afirma que foram declarados inconstitucionais pela Comissão Constitucional o voto por procuração e as sanções pelo não exercício de voto, pelo que não haverá voto por procuração nem sanções para quem não votar. ■ Na «Electricidade de Portugal», «Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos», «Fibras Sintéticas de Portugal», «Banco Figueiras e Burnay», «Crédito Predial Português» e «Caixa Geral de Depósitos» os trabalhadores elegem candidatos unitários de esquerda como seus representantes nos órgãos de gestão das respectivas empresas.

17

Sábado

1822 — Morre Machado de Castro.



E a protecção à terceira idade?

Realiza-se o I Encontro Nacional do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), onde foi reclamada a revisão de toda a legislação relativa à atribuição de esquemas de protecção à terceira idade. ■ O Primeiro-Ministro Maria de Lourdes Pintasilgo inicia uma visita ao distrito de Coimbra, que se prolongará por todo o fim-de-semana. ■ O Secretariado da CGTP-IN torna público um protesto contra a substituição das funções das comissões administrativas das Caixas de Previdência por Comissões Instaladoras dos Centros Regionais de Segurança Social, pois tais comissões não incluem representação sindical, a qual seria assim afastada da gestão das instituições de segurança social.

18

Domingo

1875 — Morre em Lisboa o poeta António Feliciano de Castilho.

A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte aprova uma decisão no âmbito da qual se irá exigir aos departamentos responsáveis do Governo central a suspensão imediata do presidente da Junta Nacional dos Vinhos e ainda a elaboração de um rigoroso inquérito à actuação deste organismo governamental. ■ O novo embaixador na República de Cabo Verde, Duarte Vaz Pinto, apresenta as cartas credenciais ao presidente Aristides Pereira. ■ É anunciada a formação do «Movimento Nacional para a Libertação e Independência do Timor-Di» (MNLITD), que se propõe lutar pela «libertação e independência de Timor em primeiro lugar e acima de quaisquer divergências políticas».

19

Segunda-feira

1807 — As tropas francesas, comandadas por Junot, invadem Portugal.

Após reunião com o ministro da Educação, os Sindicatos dos Professores do Norte, Centro e da Grande Lisboa desconvocam a greve prevista para depois de amanhã, na sequência da garantia, dada pelo ministro, de que o projecto de diploma de reajustamento da letra será discutido no Conselho de Ministros de modo a poder ser publicado ainda na vigência do actual governo. ■ O ministro do Comércio anuncia uma representação da União das Cooperativas de Retalhistas de Produtos Alimentares de Portugal (UCREPA), que as cooperativas retalhistas de produtos alimentares dispõem, ainda este ano, de uma linha de crédito bonificado de 300 000 contos para a reestruturação e alargamento do sector. ■ Técnicos dos serviços regionais do MAP, acompanhados por uma força da GNR, tentam demarcar várias reservas a favor da casa agrícola Moura Neves, em herdades integradas na Cooperativa Agrícola Unificada Galveense, em Galveias, concelho de Ponte de Sor. ■ O Conselho de Imprensa manifesta a sua apreensão por não ser consultado a propósito da criação de cursos superiores de Comunicação Social. ■ Em conferência de imprensa as secções e organismos da Associação Académica de Coimbra acusam a actual Direcção-Geral da Associação, do PPD, de ter praticado greves irregulares financeiras, responsabilizando-a ainda por uma tentativa de boicote à actividade desportiva e cultural da AAC.

20

Terça-feira

1978 — A reunião plenária do CC do PCP aprova a apresentação de uma moção de rejeição ao governo do Mello Pinto na AR, durante a discussão do Programa do Governo.

O CDS reconhece que um dirigente seu, da Comissão Concelhia de Lisboa, distribuiu indevidamente e por desconhecimento da Lei uma circular a empresas nacionais solicitando contribuição financeira, legal, para as campanhas eleitorais da coligação reaccionária. ■ Com a presença de cerca de mil delegados, vindos de vários pontos do país, começa no Pavilhão dos Desportos de Lisboa o I Congresso Ordinário do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. ■ A CGTP-IN protesta contra a conduta do Governo e exige o respeito pela legalidade constitucional e democrática no que se refere à aplicação da Lei 46/79, vulgarmente designada por Lei das Comissões de Trabalhadores, nas empresas do sector empresarial do Estado. ■ Os técnicos do MAP concretizam a entrega de várias reservas a favor da casa agrícola Moura Neves, em Galveias, Ponte de Sor, sob a cobertura de uma força da GNR; o Secretariado Distrital das UCP e as Cooperativas Agrícolas de Portalegre classificou a acção de ilegal e inoportuna.

Dia 23, Sexta-feira

DORM: ● Vila Cova, às 21 horas. ● Carvalhos, às 21 horas. ● Gêmeos, às 21 e 30, na Escola Primária. ● S. João, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Leilões, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Urgezes, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Serzedo, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Aídes, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Ferreiros, às 21 e 30, nos Bombeiros. ● Fão, às 21 e 30 horas. ● Freitas, às 21 h, na Escola Primária. ● Medelo, às 21 h, na Escola Primária. ● Passos, às 21 h, na Escola Primária. ● Serzedo, às 21 e 30 na Escola Primária. ● Landim, às 21 h, na Escola Primária. ● Joaze, às 21 horas na Escola Primária. ● Real, às 21 h, na Escola da Junta. ● Esporões, às 21 h, na Escola Primária. ● Nogueira, às 21 h, na Escola Primária.

DORP: ● Rio Tinto, às 21 horas, no Cine Vitória, com Bianqui Teixeira, do Secretariado e Comissão Política do CC. ● Ermesinde, 21 e 30, com Veiga de Oliveira, do CC. ● Valongo, 21 e 30, na Escola Primária da Boavista, com Oliveira Dias. ● Porto, às 21 e 30, comício no Lordeo, com João Fonseca, do CC, e Horácio Mendes. ● Paços de Ferreira, 21 e 30, com Cassiano Abreu Lima e Augusto Santos. ● Porto, 18 h., cantina da UTIC, com Ângelo Veloso, da Com. Pol. do CC. ● Sobrado (Valongo), 21 e 30. ● Campo (Valongo), 21 e 30. ● Alfena (Valongo), 21 e 30. ● Póvoa de Varzim, 21 e 30, nos Bombeiros. ● Trofa, 21 e 30. ● Entre-os-Rios, 21 e 30, nos Bombeiros, com César Príncipe. ● Aveleda, 21 e 30. ● Baltar (Paredes), 21 h., nos Bombeiros. ● Recarei (Paredes), 21 h., na Assoc. Cultural e Recreativa da Costa de Recarei. ● Santa Cruz do Bispo, 21 h., na Casa do Povo. ● Custóias, 21 h., na Assoc. Recreativa Musical. ● Custóias, 21 h., na Assoc. Recreativa de S. Gens. ● Leiria, 21 h., no Centro Popular. ● Gúlfões, 21 h. ● Penafita, 21 h., na Assoc. Recreativa do Freixiouro. ● Lavra, 21 h., no Centro da Recreio Popular. ● Penafiel, 19 e 30, na escola primária de Boelme. ● Porto, 21 e 30, em Paranhos, no Sport Clube da Cruz. ● Porto, 21 e 30, em Paranhos, no Futebol Club Amial. ● Porto, 21 e 30, na escola primária da Sê. ● Porto, 21 e 30, na Junta de Freguesia de Miraflores. ● S. João, 21 e 30, na Escola Primária. ● Mosteiró, 21 e 30, na escola. ● Marco de Canavezes, 21 e 30, na escola primária do Torrão. ● Penafiel, 21 e 30, na escola primária de Rio de Moinhos. ● Porto, 21 e 30, na Junta de Freguesia do Bonfim. ● Porto, 21 e 30, na escola primária do Bairro Fernão de Magalhães.

DORBL: ● Pijleiros (Feira), 21 h., na escola. ● Ilhavo, 21, no cinema novo, com Vital Moreira. ● Oliveira de Azeméis, 21 horas, no Ginásio EIC, com Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC. ● Ovar, 21, no Pavilhão Gimnodesportivo, com Alda Nogueira, do CC. ● Mourisca (Aguada), 21 h., na Tuna Mourisqueense. ● Avelã do Caminho (Aguada), às 21 h., na escola. ● Cacela (Aveiro), 21 h., na Casa do Povo. ● Eixo, 21 h., na Casa do Povo. ● Espinho, às 21 h., na escola, com Alvaro Matos. ● Paramos (Espinho), 21 h., na escola primária. ● Estarreja, 21 e 30, no ginásio da escola, promovido pelo MDP/CDE. ● Fernelma (Estarreja), 21 h., na escola primária. ● S. Jorge (Feira), 21 h., na escola. ● Viseu, às 21 e 30, no auditório da Feira de Março, com Octávio Pato, da Com. Política do CC. ● Souto Couve, às 20 h., na escola. ● Pinheiro, 18 h., na casa do Mário. ● Queluzado (Armazém), 21 h., na escola. ● Antanhol, 21 e 30, na escola primária de Valongo. ● Antuade, 21 h., no Salão do Povo. ● Botão, 21 h., na antiga escola primária. ● Castelo Viegas, 21 h., no salão paroquial. ● S. Martinho do Bispo, 21 e 30, no Centro Cultural. ● S. Paulo de Frades, 21 e 30, na escola Rocha Nova. ● Marmeleira (Souselas), 20 e 30, na Casa do Povo. ● Venda de Santana, 21 e 30, no Clube Desportivo, com Aurélio Santos, do CC. ● Vila Nova de Azoite, às 21 h., na escola. ● Pombalinho (Soure), 21, na escola primária. ● Meães (Montemor-o-Velho), 20 e 30, na escola primária. ● Cerveal (Condeixa), às 21 h., na escola primária de Ega. ● Miranda do Corvo, às 21 h., nos Bombeiros, com Avelãs Nunes. ● Lôrvão, (Penacova), às 21 h., na Assoc. Recreativa. ● Barril de Alva (Arganil), 19 h., na Casa do Povo. ● Vila Cova de Alva, 19 h., na Casa do Povo. ● Ervedal, 21 h., na Assoc. Recreativa. ● Figueira da Foz, 20 e 30, na Escola Conde de Ferreira. ● Figueira da Foz, 20 e 30, na colectividade de Caeira. ● Figueira da Foz, às 21 h., no Centro Popular dos Trabalhadores do Bairro da Estação.

DORBI: ● Arcoselo (Gouveia), sessão. ● Rio Tinto (Gouveia), sessão. ● Marinhães (Guarda), sessão. ● Casal dos Cinzas (Guarda), sessão. ● Vale de Estrela (Guarda), sessão. ● Freixo Numão (Vila Nova da Foz do Coa), sessão. ● Santa Eulália (Seia), sessão. ● Figueira de Castelo Rodrigo, às 21 h., com Armando Morais do CC. ● Montfortinho (Idanha-a-Nova), sessão. ● Toulões (Idanha-a-Nova), sessão. ● Gavião de Ródão (Vila Velha de Ródão), sessão. ● Aldeia do Bispo (Penamacor), sessão. ● Cais (Belmonte), sessão. ● Vales do Rio (Covilhã), sessão. ● Aldeia de Canhão (Covilhã), às 21 h., com Armando Morais do CC. ● Malpica do Tejo (Castelo Branco), sessão.

DORL: Lisboa, 21 e 30, debate no Teatro Vasco Santana sobre a situação económica portuguesa, com Armando Castro, Veiga de Oliveira, Octávio Teixeira, Carlos Carvalhos e Carlos Amaro.

DORLE: Marrazes, às 21 e 30, no Ciclo, com Joaquim Gomes da Com. Política do CC.

DORSA: Melavia, às 21 h., na Sociedade Melaviense, com Domingos Abrantes, da Com. Política do CC.

DORS: Alcácer do Sal, 21 h., no Cine-Teatro Pedro Nunes. ● Comporta, 21 h., no Clube Recreativo. ● Alcochete, 21 e 30, no Grupo Desportivo, colóquio sobre desporto. ● Samouco, 21 e 30, no salão da Junta de Freguesia, sobre a situação das mulheres, organizada pela comissão Unitária de Mulheres de Apoio à APU. ● Alcôchete, 21 e 30, no Passil. ● Trafaria, 21 e 30, no Sporting da Corvina. ● Porto Brandão, 21 e 30, na Sociedade Recreativa, sessão de esclarecimento e canto livre. ● Laranjeiro, na sala da Comissão de Moradores, 21 e 30. ● Vale Figueira (Almada), 21 e 30, no Clube. ● Feljô, 21 h., no Clube Recreativo do Feljô, com Carlos Ramilhos, do CC. ● Almada, 21 e 30, no Clube Recreativo da Panfaleira. ● Vila Chã (Estoril), 21 h., no Clube Recreativo. ● Quinta da Lombe, 21 h., no Clube Recreativo. ● Barreiro, 21 h., na ex-Cordaria Nicola. ● Grândola, 21 h., no Grupo Desportivo do Bairro dos Capadores. ● Grândola, 21 h., no Salão dos Bombeiros, comício com Jaime Serra, da Comissão Política do CC. ● Alhos Vedros, 21 e 30, nas Anítoas, com Ercília Talhadas, do CC. ● Santa Susana, 21 e 30, no 1.º de Maio Futebol Clube Santhense, com Sofia Pereira, do CC. ● Alaiala, 21 e 30, na Sociedade Recreativa, com Sousa Marques. ● Lançada, 21 h., na escola primária. ● Lagoa do Calvo (Marateia), 21 h., na Sociedade, com Américo Leal, do CC. ● Alvalade-Sado, 20 e 30, na escola primária de Vale Lobos. ● S. Domingos (Santiago), escola primária de Foros de Aldraba. ● Setúbal, 21 e 30, na Sociedade de São Sebastião. ● Amora, 18 h., na Sociedade Filarmónica Amorense. ● Cruz de Pau, 21 h., no Clube Recreativo. ● Setúbal, 21 horas, na Escola Luísa Toldi. ● Setúbal, 21 h., na Escola de Montalvão.

DORA: S. Mações, 21 h., na Casa do Povo. ● Figueira de Cavaleiros (Beja), 21 h. ● Valongo (Portalegre), 21 h., na Casa do Povo. ● S. João de Vide, 21 h., na Casa do Povo. ● S. Simão (Portalegre), 20 h., na Escola. ● Galveias, 20 e 30, na Sociedade.

DORAL: ● Monchique, 21 h., com Margarida Tengarrinha na Casa do Povo. ● Barão de S. João (Lagos), 21 e 30, na escola, com José Vitoriano. ● Espiche, 21 e 30, na escola. ● Montes de Vitor (Portimão), 21 e 30, na Sociedade. ● Tunes, 21 h., na União Desportiva. ● Quinta do Povo. ● Loulé, 21 e 30, comício da APU no cinema, com Carlos Luis, do CC, e Canto Livre com Luísa Basto. ● Santa Bárbara, 21 h., na Sociedade Recreativa, projecção de filmes. ● Vila Real de Santo António, no Bairro da Caixa, 21 e 30, na escola. ● Portimão, às 12 e 30, visita de José Vitoriano às empresas S. Ramos e Filho.

DORAM: Caniçal, às 19 h., na Escola Primária. ● Porto Santo, às 18 h., na Casa do Povo. ● Curral das Freiras, às 19 h., na Escola Primária.

DORAA: Lajes (Praia da Vitória) Ilha Terceira. ● Raminho (Angra) Terceira. ● Santa Luzia (S. Roque) Pico. ● St.º António do Monte (Madeira) Pico. ● Capelo (Horta) Faial.

Dia 24, Sábado

DORM: Várzea, às 21 horas. ● Ucha, às 21 horas. ● Adães, às 21 horas. ● Vila Seca, às 21 horas. ● Silveiras, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Mascoteiros, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Gandarela, às 21 e 30, na Escola Primária.

«TU, LIBERDADE!»

Coliseu dos Recreios, dia 25 de Novembro, às 21.30, espectáculo promovido pelo Sector Intelectual da ORL do PCP

em apoio da lista APU



POVO UNIDO

para a Assembleia da República

Obras de Teimann, Haydn, Brahms, Horst Hormung e Fernando Lopes Graça com a participação de Anabela Chaves, Carlos Franco, Catarina Latino, Celeste Amorim, Cristina Flores, Cristina Serrão, Elisa Worm, Fernando Lopes Graça, Gisela Forte, José Lopes e Silva, Jorge Matta, Magdalena Van Zeller, Margarida Reis, Maria João Serrão, Paula Massano, Luísa Vasconcelos e o coro da Academia de Amadores de Música, entre outros.

Textos de Amindo Rodrigues, Carlos de Oliveira, Casimiro de Brito, Ernesto Melo e Castro, Eugénio de Andrade, José Carlos Ary dos Santos, José Gomes Ferreira, José Saramago, Manuel da Fonseca, Maria Velho da Costa, Orlando da Costa, Papiniano Carlos, Ruy Belo e Wanda Ramos.

Ditos por António Anjos, Dalila Rocha, Eunice Muñoz, Fernanda Alves, Fernanda Lapa, Henriqueta Maia, José Carlos Gonzalez, José Viana, Madalena Pestana, Mário Pereira, Mário Viegas, Rogério Paulo e Rui Pedro.

Bilhetes à venda a partir de sexta-feira, no Coliseu dos Recreios.

Preço único: 70\$00

Não há lugares marcados

Agenda

ÁLVARO CUNHAL visita, nos próximos dias, os distritos de Santarém, Évora e Faro

Dia 22, quinta-feira
Sessão de esclarecimento às 21.30, em Alcibideche

Dia 23, sexta-feira
Contactos com as populações em Vale de Cavalos, às 15.30, e em Benfica do Ribatejo, às 17 horas; sessões em Salvaterra de Magos, às 18 e em Santarém, às 22.

Dia 24, sábado
Sessões em Vendas Novas, 14 horas; Montemor-o-Novo, 16 horas; Reguengos, às 18; Évora, às 21.

Dia 25, domingo
Passagem em Silves, às 15 horas; comícios em Albufeira, no cinema, às 16; em Portimão, também no cinema, às 17.30; sessão no cinema de Faro, às 21.30.

21 e 30 na Escola Primária. ● Lordeo, às 21 e 30 na Escola Primária. ● Ronte, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Infantes, às 21 e 30, na Escola Primária. ● S. João Vilela, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Costa, às 21 e 30, na Escola Primária. ● S. Salvador de Britelros, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Arco de Baúlhe, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Forjães, às 21 e 30 horas. ● Feife, às 21 horas. ● Vemolim, às 21 h., na Escola Primária. ● Ribeirão, às 21 h., na Escola Primária. ● Cruz, às 21 h., na Escola Primária. ● Telhado, às 21 h., na Escola Primária. ● Balro, às 21 h., na Escola Primária. ● Tandim, às 21 h., na Escola Primária. ● S. João do Souto, às 21 e 30, na Escola Primária. ● S. Victor, às 21 e 30, na Escola Francisco Sanches. ● S. Pedro de Merelim, às 20 h., na Escola Primária. ● Maximinos, às 21 e 30, na Escola Primária.

DORT: Chaves, ● à tarde, comício, com Jorge Araújo do Secretariado do CC.Vila Pouca de Aguiar, ● à noite, sessão com Jorge Araújo do Secretariado do CC.

DORP: Porto, ● em Campanhã, sessão com Ângelo Veloso, da Com. Pol. do CC, e Vitor Ranta,Leça do Balio, ● 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários, Comício-Festa com Jorge Araújo, do Secretariado do CC.Matosinhos, ● 15 e 30, no Liceu, Comício-Festa com Carlos Costa, da Com. Pol. do CC, António Graça, do CC, e Fernando Ferreira,Porto, ● 15 e 30, nas Belas Artes, sessão de esclarecimento com Oscar Lopes, do CC, Eúlio Cardoso, Eúlio Gonçalves e Borges Coelho,Rioz, ● 21 e 30.S. Romão do Coronado, ● 21 e 30.Porto, ● 21 e 30, em Paranhos, escola primária do Bom Pastor,Porto, ● 21 e 30, em Paranhos, escola primária do Outeiro.Marco de Canavezes, ● 15 h., Casa do Povo de Vila Boa do Bispo,Paredes, ● 10 horas, na escola primária de Moriz,Paredes, ● 21 h., escola primária de Beira,Paredes, ● 21 h., na escola primária de Sobrosa,Paredes, ● 15 horas, escola primária de Sobrelra,Paredes, ● 21 h., Bombeiros de Cete.

DORBI: Albergaria-a-Velha, ● às 21 h., na Escola Secundária, com Vital Moreira,Arcoz (Anadia), 21 h., no Cinema, com Rogério de Carvalho, do CC.Arouca, ● às 21 h., na Casa do Povo, com Vital Moreira,Aveiro, ● à tarde, no Pavilhão da Feira de Março, Festa da Juventude,Arades (Aveiro, 21 h., na Escola Colimbrão,Estarreja, ● 21 h., na Escola Secundária,Argouchil (Feira), 21, na escola primária,Gafanha da Nazaré, ● 21 h., na escola,Esmoniz (Ovar), às 21 h., no Salão dos Bombeiros,Vouzela (Armamar), às 21 h., no Ginásio da Escola Secundária, com António Bica,Sul (S. Pedro do Sul), às 21 h., na Casa do Povo,Gandara (Montalegre), às 21 h., no café local,Tomas de S. Pedro do Sul, ● 21 h., no salão do Casino,Vila Maior, ● 21 h., na Casa da Juventude,Mangualde, ● 20 e 30, na Casa do Povo, com Jaime Gralheiro,Ferreiros (Lamego), 20 h., na Escola Primária,Ferreiros (Lamego), 19 horas, na escola de M.ª Penafia, ● 19 e 30, na escola primária,Vacalir (Armamar), 21 h., na escola,Comporta, ● à tarde e à noite, no Pavilhão do Balaio, Festa para crianças e jovens,Assafra, ● 16 horas, na escola de Palmeiras,Eiras, ● às 16, no Clube Recreativo 1.º de Janeiro,S. Silvestre, ● 21 h., na escola primária de Ombres,Souselas, ● 21 h., na Casa do Povo,Trouxelim, ● às 21 h., na Junta de Freguesia,Ferreira-a-Nova, ● às 20, na escola primária,Buarcos, ● 17 e 30, no Ginásio de Fátima,Condeia das Ondas, ● às 17 h., na escola primária de Leiroas, com Jorge Leite,Lavos (Santa Luzia), 21 e 30, no Sport Club de Lavos,Vinha da Rainha, ● às 21, na escola primária,Figueiró do Campo, ● às 21 h., na escola primária,Soure, ● às 21 h., na escola primária de Simões,Soures, ● 21 horas, na Assoc. 1.º de Maio, com Jorge Leite,Trocha, ● 21 h., na Assoc. Recreativa Cultural,Varosa (Montalegre), às 21 h., no café, ● 21 h., na escola primária,Perdo do Campo, ● 20 e 30, Centro do Recreio Popular,Seixo, ● 21 horas, na Casa do Povo,Espinho, ● 21 h., na Casa do Povo,Alfaiar, ● 21 h., na Escola Primária,Oliveira do Hospital, ● 21 h., no Salão dos Bombeiros,Coja (Arganil), 21 h., na Casa do Povo,Góis, ● 18 h., no Teatro,Penacova, ● 21 h., na Assembleia Recreativa,Deja, 16 horas, na cantina da Escola de Aldeia Chãos,Candosa (Tábua), 21 h., no Salão da Junta de Freguesia,S. João da Boavista, ● 21 h., na sala da Comissão de Melhoramentos,Rio de Vide, ● 21 h., na Liga Regional,Papanata, ● 20 h., na escola primária,Senache, ● 21 e 30, na escola primária, com Rogério de Carvalho, CC.Coimbra, ● 15 e 30, na Associação dos Artistas e Cantores, ● às 17 h., no Pavilhão dos Bombeiros do Bairro da Estação,Figueira da Foz, ● 21 e 30, na escola primária do Viso, ● S. Julião, 17 horas, na Sociedade 10 de Agosto.

DORBI: Seia, às 15 horas, com Aurélio Santos do CC. ● Guarda, Sessão. ● Velhinhos (Guarda), sessão. ● Vilela (Pinhel), sessão. ● Vinhó (Guarda), sessão. ● Almendra (Vila Nova de Foz Coa), sessão. ● Barroca Grande das Minas da Panaseira, com Ruben de Carvalho, do CC. ● Alcains (Castelo Branco), às 21 e 30, com Armando Morais do CC. ● Ceboaltes de Cima, às 16 horas, com Armando Morais do CC. ● Idanha-a-Nova, na Escola, com Carlos Pinhão, do CC. ● Casal da Serra (Tortosendo), com Ruben de Carvalho do CC. ● Alcanhões (Vila Velha de Ródão), sessão. ● Castelo Branco, sessão. ● Aldeia de João Pires (Penamacor), sessão. ● Pero Viseu (Fundão), sessão. ● Fapela (Fundão), sessão. ● Capinha (Fundão), sessão. ● Salgueiro (Fundão), sessão. ● Escarigo (Fundão), sessão.

DORLE: Píccassinos, às 21 horas, na Sociedade 1.º de Maio, com Joaquim Gomes da Comissão Política do CC.

DORSA: Samora, às 21 horas, na Casa do Povo, com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC. ● Torres Novas, às 16 horas no Ginásio da Escola Industrial, com Domingos Abrantes, da Comissão Política do CC. ● Alferrarede, às 21 horas, no Centro Cívico, com Domingos Abrantes, da Comissão Política do CC.

DORL: Lisboa, às 21 e 30, comício da APU, com Carlos Brito do PCP, José Manuel Tengarrinha e António Galhardos do MDP/CDE, no Pavilhão dos Desportos. ● Lisboa, às 21 e 30, na Ajudense.

DORS: Carrasqueira, 15 horas, nos Brejos. ● Herdade do Pinheiro, 16 horas, na Escola Primária. ● Torrão, 16 horas, na Escola Primária de Casa Branca. ● Albergaria (Alcácer), 16 horas. ● Costa de Caparica, 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários, com José Manuel Maia, do CC. ● Trafaria, 21 e 30, no Café S. Pedro. ● Barreiro, 21 horas, no Clube «Os Celtas». ● Colma, 21 horas, no União Desportiva. ● Grândola, 17 horas, na Escola da Boa Vista. ● Vale Figueira (Grândola), 20 horas, na Escola de Azinheira de Barros, 20 horas, na Casa do Povo. ● Gelo (Moita), 17 horas, no Beira-Mar Futebol Clube. ● Rosário (Moita), 21 e 30, no Marítimo Rosalense. ● Moita, 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários, Comício-Festa da Juventude. ● Montijo, 21 e 30, na Sociedade Recreativa Areias. ● Canha, 21 horas, na Escola Primária de S. João de Creveira. ● Alres, (Palmela), 21 horas, no Grupo Desportivo, com José Teófilo, do CC. ● Venda do Alcaide, 21 horas, Loja do Marta. ● Carquejira (Palmela), 17 horas, no Café Flor. ● Bairro Azeitunense (Palmela), 21 horas, na Sociedade Recreativa do Povo. ● Cabanas (Palmela), 21 horas, na Sociedade Recreativa. ● S. Bartolomeu da Serra, 16 horas, casa Guilherme. ● Alvalade-Sado, 21 horas, na Casa de Convívio da Mimosa. ● Santiago do Cacém, 16 horas, na cantina da Escola de Aldeia Chãos. ● Arrentela, 16 horas, na Sociedade União. ● Corrolos, 16 horas, no Clube Desportivo dos Arcos. ● Palvas, 17 horas, no Centro Cultural, sessão de esclarecimento para comerciantes. ● Sesimbra, 21 horas, no Clube Sesimbrense, organizada pelo MDP/CDE. ● Sesimbra, 20 e 30, na Escola Primária da Boa Água. ● Sesimbra, 16 horas, na Escola Primária da Juventude, com Fernando Rodrigues, Conceição Moraes, candidatos. ● Setúbal, 16 horas, no Sindicato dos Pescadores, com o candidato Carlos Espadinha. ● Aldeia Grande (Setúbal), 21 horas, na escola. ● Sines, 19 horas, na Escola Primária de Cabeça da Cabra. ● Sines, 20 horas, na Escola Primária da Sonega.

DORA: Com a participação do camarada Álvaro Cunhal, realizam-se sessões de esclarecimento nas seguintes localidades: ● Vendas Novas, 14 horas; ● Montemor, às 16 horas; ● Reguengos, às 18 horas; ● Évora, às 21 horas.

DORAL: Portimão, 10 horas, caravana, com José Vitoriano, da Comissão Política do CC. ● Silves, às 15 horas, porta-a-porta com José Vitoriano, da Comissão Política do CC. ● Aljezur, 16 horas, com José Vitoriano, da Comissão Política do CC. ● S. Marcos da Serra, 21 horas, Casa do Povo, com José Vitoriano. ● Almada (Lagos), 16 horas, na sociedade. ● Barão de S. Miguel, 16 horas, na Sociedade. ● Paderne, 17 horas, com Carlos Luis Figueira, do CC. Canto Livre com Luísa Basto, na Casa do Povo. ● Monte Bolo (Messines), 20 e 30, Escola. ● Almagens (S. Brás), 21 horas, escola. ● Monte Gordo, 16 horas, no cinema Mariano. ● Pechão (Oleiros), 21 horas, sessão de esclarecimento e canto livre no Salão do Arindo. ● Casais (Monchique), 21 horas, na escola.

DORAM: Porto Santo, às 18 horas, na Escola do Campo de Baixo. ● Estreito da Calheta, às 20 horas, na Escola. ● Vila da Calheta, às 18 horas, na Escola Preparatória. ● Santo António, às 20 horas, na Casa do Povo. ● Funchal, às 20 horas, no Orfeon Madeirense.

DORAA: Candelária (Lajes), Pico. ● Feteiras, (Ponta Delgada), ● S. Miguel,Nordestinho, ● S. Miguel.

Dia 25, Domingo

DORM: Barquelros, às 21 horas. ● Gondar, às 21 e 30 na Escola Primária. ● Abaço, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Gominhães, às 21 Primária. ● Abaço, às 21 e 30, na Escola Primária. ● Paredes, 10 Paredes, 10 horas, na Escola Primária de Duas Igrejas. ● Paredes, 10 horas, na Escola Primária de Bitarões. ● Penafiel, 14 e 30, Escola Industrial e Comercial, comício com Octávio Pato, no Coliseu do Porto. ● Porto, 17 e 30, comício com Octávio Pato, no Coliseu do Porto. ● Gondomar, 15 e 30, na Escola Comercial e Industrial, comício com Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC. ● Marco de Canavezes, 15 horas, Casa do Povo de Fomes, comício com Veiga de Oliveira, do CC. ● Baião, 15 horas, comício com João Fonseca, do CC, Raul Castro e Virgínia de Moura. ● Campo (Valongo), 15 horas, comício com Lda Figueiredo e Vítor Ranira. ● Póvoa de Varzim, 21 e 30, na Escola da Lapa. ● S. Tomé de Negreiros, 15 e 30. ● Vilarinho, 21 e 30. ● Gemunde, 15 horas, Comício-Festa.

DORP:Matosinhos, 15 horas, Festa. ● Mindelo, 21 e 30, Escola do Carvalhal. ● Paredes, 21 horas, Escola Primária de Aguiar de Sousa. ● Paredes, 10 horas, na Escola Primária de Duas Igrejas. ● Paredes, 10 horas, na Escola Primária de Bitarões. ● Penafiel, 14 e 30, Escola Industrial e Comercial, comício com Octávio Pato, no Coliseu do Porto. ● Porto, 17 e 30, comício com Octávio Pato, no Coliseu do Porto. ● Gondomar, 15 e 30, na Escola



Apresentados os candidatos da APU aos órgãos autárquicos da capital

A noite fria e a reduzida divulgação da iniciativa não impediram que na última sexta-feira à noite o Pavilhão dos Desportos de Lisboa se enchesse para um comício-festa de apresentação dos candidatos da APU aos órgãos autárquicos da capital. «Com o Povo Unido, Lisboa cidade Abriu» e «Para a Vitória Democrática com o Portugal de Abril» eram as duas inscrições centrais que se salientavam no conjunto da decoração da sala.

Presentes na mesa, além dos «cabeças» de lista do «Povo Unido» concorrentes às 53 freguesias da cidade, vários candidatos da APU à Câmara e Assembleia Municipal e ainda Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e Herberto Goulart, vice-presidente do MDP, ambos candidatos por Lisboa à Assembleia da República.

Dirigiu a sessão Anselmo Aníbal (candidato independente pela APU à Câmara), sendo de destacar a presença dos dois «cabeças» de lista:

Festa da APU e da Juventude da Amadora

No próximo sábado, a partir das 16,30 horas, a juventude da Amadora vai fazer a Festa da APU, no Pavilhão da Académica daquela localidade.

O programa começa com actividades desportivas, para as quais foram convidadas dezenas de clubes e colectividades e atletas federados. São disputadas as provas de 2 mil metros (12 a 14 anos), de 3 mil metros (15 a 17 anos) e de 8.500 metros (dos 18 anos em diante).

Das 20 e 30 até de madrugada actuam grupos corais da Filarmónica da Brandoa; ranchos (adulto, juvenil e infantil) "Os Salóios de D. Maria"; há Canto Livre com Carlos Mendes e Edmundo Silva; fadps. E, finalmente, baile da juventude até de madrugada.

As inscrições para as provas de atletismo podem ser feitas até ao dia 23, às 21 horas, no Centro de Trabalho da Amadora do PCP, Avenida da República, 20, 2.º, Amadora, Telefone 94 11 61/2.

Actividades do Partido

● **Mulheres comunistas da Moita** — No passado dia 10 realizou-se o Plenário das Mulheres Comunistas do Concelho da Moita, com a participação de duzentas camaradas. O plenário fez o balanço do trabalho efectuado a nível partidário e unitário. A camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central e da DORS falou da importância do papel das mulheres nas eleições com factor decisivo na vitória das forças democráticas tendo, depois, sido aprovado um documento onde é realçada a importância deste acto eleitoral e no qual se apela para o voto consciente de todas as mulheres na APU. As camaradas presentes subscreveram uma moção de apoio às listas APU. O plenário enviou ainda uma saudação ao Encontro Nacional para unificação das organizações da Juventude Comunista que então decorria ainda.

● **O Centro de Trabalho de Setúbal** — O Centro de Trabalho de Setúbal, a favor do qual as camaradas continuam a sua Campanha da Fundos, muda de decoração. Agora são as eleições que levam as luzes verdes e vermelhas da APU à fachada, enquanto que, no interior, o trabalho não dá mãos a medir. A Campanha de Fundos continua, entretanto, a concentrar a atenção de muitos. E é o caso de uma emigrante na Venezuela, Renato Lopes, que enviou ao PCP a importância de 60 pesos — cerca de seiscentos escudos.

● **Sorteio de S. Teotónio** — A Comissão de Freguesia de S. Teotónio do PCP, do concelho de Odemira, informa todos os camaradas e amigos que adquiriram bilhetes da Rifa, que aquela organização promoveu a favor da compra de um Centro de Trabalho, que os prémios couberam aos seguintes números: 1.º Prémio (uma bicicleta motorizada), ao n.º 6 356; 2.º Prémio (um rádio-gravador), ao n.º 7 000; 3.º Prémio (um ferro eléctrico), ao n.º 9 211.

● **Zambujal de Loures** — Num ambiente de extraordinária alegria realizou-se no passado dia 10 um almoço-confraternização que reuniu no Zambujal de Loures centena e meia de amigos, a maioria não filiados no PCP. O almoço realizou-se na sequência de uma caçada aos coelhos e integrou-se na Campanha de Fundos para a compra de um edifício onde será instalado o novo Centro de Trabalho. Dizem os amigos que, integrada esta jornada, também, na pré-campanha eleitoral, de uma caçada se apanharam dois coelhos...

● **Magusto em S. João da Madeira** — Com a presença de algumas dezenas de democratas, a Aliança Povo Unido promoveu, em São João da Madeira, no passado dia 11, a realização de um magusto. Dado o êxito da iniciativa foi decidido, no próprio local, levar a efeito mais uma tarde de convívio, que ficou marcada para o próximo dia 23, na Escola da Quinta.

Camaradas falecidos

MANUEL FERREIRA DOS SANTOS — Centenas de pessoas incorporaram-se no funeral do camarada Manuel Ferreira dos Santos, que faleceu em 16 de Novembro, vítima de acidente de viação. Militante activo e muito estimado, este camarada, que contava 44 anos de idade, era membro do secretariado de célula da «Ricardo Galo», empresa vidreira da Marinha Grande e era também delegado sindical e membro da Comissão de Moradores do local da sua residência.

ALMEIDA GONÇALVES PASSADEIRAS — Faleceu em 31 de Outubro passado o camarada Almeida Gonçalves Passadeiras, operário da Fábrica Militar de Braço de Prata, este camarada contava 47 anos de idade e era natural de Santiago do Cacém.

TEÓFILO MOREIRA LEONARDO — Lutarista antifascista de longa data, faleceu recentemente o camarada Teófilo Moreira Leonardo, operário da Sociedade de Materiais Pré-Esforçados, do Tramagal.

IVO FELICIANO FONSECA DE ALMEIDA — Faleceu no passado dia 9 de Novembro o camarada Ivo Feliciano Fonseca de Almeida, membro da célula da Sociedade de Autores Portugueses e morador em Benfca.

VÍTOR FREITAS — Com 58 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Vítor Freitas, operário corticeiro, militante do PCP desde os tempos da clandestinidade. Era membro da Comissão de Freguesia da Cova da Piedade do PCP. O funeral realizou-se no passado dia 20 do corrente.

Silva Graça (PCP) para o executivo camarário e António Gonçalves (MDP) para a Assembleia Municipal.

«No distrito de Lisboa concorremos a todas as 190 freguesias e somos a única força política que concorre a todos os órgãos do Poder Local» — afirmaria Silva Graça, primeiro orador, a dado passo da sua intervenção. Seguiu-se a de Herberto Goulart, que «em nome do Norte/CDE» saudou todos os presentes e em particular os candidatos da APU, tendo sublinhado, entre outros aspectos, a ampla participação de candidatos independentes nas listas «Povo Unido» para as autarquias, listas que, como já foi divulgado, integram 56 mil democratas no conjunto do país. O último orador foi Octávio Pato, que analisou os temas fundamentais da actual movimentação política a nível nacional. A sessão terminaria com um animado espectáculo onde a canção, o entusiasmo e a confiança na vitória democrática marcaram presença destacada. Actuaram Carlos do Carmo, Carlos Mendes, Barata Moura e Carlos Paredes.

A Campanha dos 20 mil Mais de 6 mil contos em 4 meses!

A Campanha dos 20 Mil Contos, lançada com vista a erguer no Norte uma sede à altura do Partido, chegou ao seu 4.º mês. Lançada em Julho, a Campanha venceu as dificuldades próprias do arranque e alcançou um bom ritmo que tem permitido encargar com determinação e confiança a dura tarefa a que se lançaram as organizações e militantes comunistas do Norte do País. Determinação e confiança que ajudarão a ultrapassar novas dificuldades que vão surgindo, decorrentes, nomeadamente, da sobrecarga de tarefas que a situação política impõe. Determinação e confiança que levam a afirmar que o Partido no Norte terá uma sede à altura da sua força, do seu prestígio, das suas responsabilidades.

O fecho de contas relativo ao 4.º mês da Campanha deu como recolhida e entregue a soma de 6224.577\$90, a que corresponde 31,12 por cento do objectivo da Campanha. Por sectores de organização, tal soma encontra-se assim distribuída:

Comité Local do Porto	1.765.061\$70
Org. Conc. de V.N. Gaia	746.039\$50
Sector Intelectual	679.250\$00
Comité dos Metalúrgicos	473.185\$00
Org. dos Activistas Sindicais	276.220\$00
Comité dos Grandes Serviços	272.857\$50
Org. Conc. de Matosinhos	252.830\$00
Org. Inter-Concelhos do Porto	225.842\$50
Org. Conc. de Gondomar	219.017\$50
Dir. Org. Regional do Minho	159.559\$20
Outros	672.869\$50
Com. Coordenadora da Campanha	481.845\$00
Total	6.224.577\$90

Gaia e Valongo conservam os galardões

A sa emulação estabelecida entre as organizações tem dado à Campanha um vigoroso impulso. E entre as formas de emulação levadas por diante, a atribuição dos galardões às organizações, de acordo com a percentagem das metas já realizadas, tem-se mostrado de acentuado interesse.

Entre os Grandes Sectores de Organização, Gaia mantém no quarto mês da Campanha o galardão que alcançou no primeiro. É a seguinte a classificação dos Grandes Sectores:

1.º Gaia	42,63%
2.º Grandes Serviços	36,38%
3.º Metalúrgicos	31,54%
4.º Comité Local do Porto	29,41%
5.º Matosinhos	25,28%
6.º Com. Têxtil	23,57%
7.º Gondomar	21,90%
8.º OIC	19,63%
9.º Sector Intelectual	16,98%
10.º Maia	8,66%

Quanto ao galardão relativo a Outros Concelhos, é a seguinte a classificação:

1.º Valongo	45,89%
2.º Louçada	35,15%
3.º Vila do Conde	32,70%
4.º Póvoa de Varzim	20,91%
5.º Santo Tirso	17,32%

Entretanto, e conforme já noticiou o «Avante!», a Comissão Coordenadora da Campanha decidiu criar um novo galardão ao qual concorrer diversas organizações sob a designação genérica de Outros Sectores. É a seguinte a classificação para este galardão:

1.º Com. de Sede de Aníbal Cunha	70,22%
2.º Sector Camponês	58,21%
3.º Centro de Trabalho da Boavista	54,17%
4.º Organização dos Activ. Sindicais	46,03%
5.º SIP da DORP	16,51%

Em função desta classificação, a Comissão de Sede de Aníbal Cunha recebe este galardão que ficará em seu poder durante todo o mês de Novembro.

A Campanha já pensa no Natal e no Ano Novo

A época do Natal e do Ano Novo que se aproxima dará por certo um grande impulso à Campanha. E assim é necessário, já que não é apenas o compromisso que assumiram os comunistas do Norte de erguer uma sede à altura do Partido que está em jogo. Há já compromissos assumidos pelo Partido que é necessário satisfazer.

Com vista à quadra que se avizinha várias iniciativas estão já em marcha. Assim, vai iniciar-se uma grande recolha de ofertas, que decorrerá até início de Dezembro, com o objectivo de organizar no Pavilhão de Aníbal Cunha uma grande Venda de Natal e um Leilão. O produto das vendas reverterá para as organizações que obtiverem as ofertas.

Por outro lado, diversas organizações vão lançar uma campanha para uma recolha especial de fundos, tendo em conta o pagamento do 13.º mês.

O 2.º Grande Sorteio já está na rua

O 2.º Grande Sorteio da Campanha dos 20 Mil Contos já está em marcha. Com rifas ao preço de 25\$00, o sorteio, que se realizará pelos resultados da Lotaria de 3 de Janeiro, tem muitos e aliciantes prémios — 30 no total — o primeiro dos quais é um automóvel.

Reuniões importantes

● Camaradas alentejanos

Convidam-se os camaradas alentejanos, residentes na área da capital, para uma reunião, a realizar no Centro de Trabalho Vitória, Avenida da Liberdade, Lisboa, que terá lugar no próximo dia 30 de Novembro, às 21 horas.

Porto: II Encontro de Municípios apresenta programa e candidatos da APU

O programa e os candidatos da Aliança Povo Unido para a Assembleia e Câmara Municipal do Porto foram apresentados no último domingo, durante o II Encontro de Municípios, realizado nas instalações da Junta de Freguesia do Bonfim, com a participação de centenas de pessoas.

Os presentes aprovaram por unanimidade e aclamação as bases programáticas da candidatura APU para os organismos camarários e deram um voto de confiança à Comissão Redactorial para introduzir algumas propostas apresentadas e aceites no decorrer dos trabalhos do Encontro.

No debate, muito vivo e participado, registaram-se as intervenções de activistas da APU, de vários democratas ligados às autarquias e ainda de Ruy Luís Gomes, Raul de Castro, Júlio Cardoso, Manuel Andrade, António Beça, Cassiano Abreu Lima, António Ferreira e José Armando, todos candidatos da APU.

O programa da APU, ao fazer o balanço dos últimos três anos de acção camarária, sublinha que os resultados à vista cabem inteiramente à gestão feita pelo presidente (PS) e por quatro

vereadores em regime de permanência (dois do PPD e dois do PS).

Considerando inoperante e incapaz a gestão da Câmara, dominada nas questões essenciais pelo PS/PPD/CDS, o programa do "Povo Unido" salienta que os seus candidatos "não se apresentam à população do Porto com promessas para o futuro, mas com o crédito da sua acção no passado", a qual foi orientada

"pela coerência, pelo empenhamento e pela sistemática preocupação de apresentar soluções válidas para os problemas locais, tendo em conta os interesses do povo trabalhador".

O documento sublinha ainda a necessidade de uma forte votação na APU, para que seja possível modificar a correlação de forças que paralisou o município, e apresenta os objectivos que irão



Encontro Concelhio da APU em Vila Franca de Xira

Vila Franca de Xira é um concelho APU.

Em 1976, nas primeiras eleições autárquicas do Portugal de Abril, a APU conquistou a maioria absoluta em Vila Franca de Xira, que assim se tornou o primeiro concelho do distrito de Lisboa a ser gerido, em absoluto, pelos candidatos da Aliança Povo Unido.

Essa significativa vitória cimentar-se-ia nos três subseqüentes anos de administração dedicada e operativa, que acabariam por alargar o prestígio e a influência da APU entre as populações do

concelho, alargamento nitidamente reflectido nos objectivos definidos no "Manifesto à População" para as Eleições para as Autarquias Locais, apresentado pela APU no passado sábado à população do concelho de V. F. de Xira: objectivos que se integram em lógicas e legítimas perspectivas de aumento de influência e mandatos dos eleitos da APU nos órgãos autárquicos; "Manifesto" que sintetiza e traduz os fecundos resultados do Encontro Concelhio da Aliança Povo Unido em Vila Franca de Xira.

Este Encontro Concelhio, em que participaram todos os

candidatos e activistas da APU, os camaradas e amigos de apoio às candidaturas da APU, das comissões de moradores, de trabalhadores, de organizações sindicais, das colectividades, associações de infância e de reformados, pensionistas e idosos, organismos de saúde, professores e técnicos de serviços públicos, decorreu durante todo o dia, durante o qual se debateram cinco grandes temas, tratados exaustivamente em cinco secções: "Democracia e Ligação à População", "Ordenamento do Concelho", "Organização Administrativa e Descentra-

lização", "Saúde e Acção Social", "Juventude, Ensino, Cultura e Desporto".

No final dos trabalhos das secções foram lidas as conclusões num comício de encerramento na Sociedade Euterpe Alhandrense, onde decorreram os trabalhos, comício a que assistiu meio milhar de pessoas, numa demonstração inequívoca do forte enraizamento do trabalho dos autarcas da Aliança Povo Unido nos problemas e aspirações do concelho de Vila Franca de Xira, em que participou José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

A Direcção Nacional da JCP

"A Direcção Nacional a eleger no Encontro de Delegados deve incluir na sua composição os vários sectores: juvenis abrangidos pelo movimento da juventude trabalhadora e da juventude estudantil e as várias regiões do país. Deve contar com a participação dos militantes mais destacados dos movimentos unitários conhecedores dos problemas e anseios da juventude, e com a participação dos quadros que garantam a ligação e dinamização das

organizações. Deve contar com quadros da UJC e UEC independentemente de um critério rígido de proporcionalidade, devendo ter em conta um peso maioritário de quadros operários e trabalhadores. A percentagem de raparigas deve ser tida em conta, correspondendo no mínimo ao seu peso na organização" — estas orientações, contidas no projecto de documento central aprovado no Encontro Nacional que se concretizou a unificação UJC/UEC, dando origem à JCP, foram na

verdade levadas à prática. Com efeito, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa é constituída, como revelámos na edição anterior do "Avante!", por 110 membros, sendo 54 por cento provenientes da UJC e 46 por cento da UEC, com a seguinte composição social: 36,6 por cento são operários, 14,5 são empregados (ou seja: 53 por cento são trabalhadores), e 46 por cento são estudantes. As raparigas representam 25,7 por cento do total dos dirigentes da JCP.

Na sua primeira reunião, a Direcção Nacional elegeu o organismo executivo, de que fazem parte os seguintes camaradas:

António Martins, Augusto Carreto, Francisco Lopes, Henrique Neves, Horácio Rufino, João Leal, João Pedro, Joaquim Pina Moura, José Bagulinho, José Castro Caldas, José Moreno, Leontina Pereira e Olga Nunes.

Na Direcção há um camarada com apenas 15 anos e três com 28.

A campanha na Madeira

O principal responsável do Governo Regional — Alberto João Jardim, dono do PPD local — desconhece a realidade da terra que governa. Na verdade, pouco tempo antes da sessão em que o camarada Dias Lourenço ali participou no último fim-de-semana, a freguesia fora visitada por Alberto João Jardim que desconhecia o facto daquela freguesia de S. Gonçalo pertencer ao concelho do Funchal, onde está o Governo Regional. A população registou o acontecido.

A sessão foi aproveitada para analisar os interesses da juventude local, interesses que não se ligam com a proliferação da droga, com a falta de empregos para os que acabam os seus estudos, ou ainda com as deficientes condições económicas que, em muitos casos, obrigam os jovens a interromperem os seus estudos.

Tudo isto foi focado, tudo isto serviu de tema para o diálogo que se generalizou.

Provocação falhada

Dias Lourenço esteve depois no Sítio do Estreito, a poucos quilómetros de Câmara de Lobos, local onde anteriormente a reacção sempre boicotava os comícios e outras iniciativas progressistas. Também desta vez o pretendiam fazer. Momentos antes efectuara-se um comício do PPD. Vomitaram toda a propaganda anticomunista conhecida. E no local ficou o dispositivo para tentar boicotar o comício do PCP.

De início, o grupo de provocadores, que arregimentava alguns miúdos, fizeram barulho, procurando impedir que se ouvissem as palavras do primeiro orador. Depois, uma camioneta atravessou-se no largo businando e impedindo o trânsito procurando

que ainda hoje se identificam com o fascismo e tudo procuram para fazer regressar o país àquela situação.

O símbolo da APU, frisou, os três elos que se ligam, representam a unidade e a força dos operários, dos camponeses, dos pescadores, de todos os trabalhadores e do povo em geral na defesa dos seus interesses. Unidade e força que os grandes senhores do dinheiro e os seus lacaios não conseguiram destruir.

No Machico

No Machico, pelas 10 da manhã de domingo, o PS não teve ninguém presente no comício anunciado previamente. A meio da tarde, o CDS contou apenas com meia-dúzia de pessoas para o comício que programara para aquela localidade, entre os quais se contavam os oradores e também acabou antes do fim...

No entanto, à noite, o comício da APU com 250 pessoas. Faltando ao povo de Machico, Dias Lourenço começou por salientar que o Atlântico não é uma fronteira entre Portugal continental e insular, é antes uma estrada de ligação entre territórios da Mãe Pátria e que o que o separatismo pretende é arrancar ao território nacional as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ainda sobre este tema esclareceu que não existe, como se pretende fazer crer, um problema nacional nas Regiões Autónomas, o que existe é um problema social de gritante desigualdade para o povo trabalhador, de brutal exploração como no Nordeste transmontano e nas regiões interiores e uma classe de parasitas que o PPD e o CDS representam.

O separatismo, referiu ainda Dias Lourenço, é a voz dos que querem transformar a Madeira e os Açores em colónias dos Estados Unidos da América, dos que querem transformar as nossas ilhas atlânticas em apêndices estratégicos nos planos de guerra do imperialismo, dos que querem fazer ali outros «Portos Ricos».

O problema da colónia foi outro dos assuntos focados, recordando o dirigente comunista que a Lei PPD que expulsa milhares de rendeiros do Norte e Centro é a mesma com que se quer, na Madeira, expulsar os cerca de 500 caseiros da Nazaré.

Acertando na necessidade da valorização dos recursos naturais das Regiões Autónomas, de criar riquezas e pão para o povo madeirense e não só para alguns, de desenvolver a economia e criar postos de trabalho, Dias Lourenço afirmou depois que tudo isto é imprescindível para que os madeirenses não se sintam na necessidade de emigrar para não morrerem de fome.

No final, recordou ainda que o Governo Regional do PPD e de Jardim representa o que há de mais atrasado, de mais reaccionário, de mais representativo do passado, saudistas dos velhos métodos, e que a Madeira não é um reino de Jardim, mas uma região com as suas características próprias, mas portuguesas.

O PS em Miratejo e a dialéctica do governo sem cabeça

Porque será que uma garrafa de «Martini» custa em Lisboa 185\$00, na Cova da Piedade 85\$00 e noutros locais 145\$00?

Esta angustiante questão, que tira o sono a todas as donas de casa preocupadíssimas em servir aperitivos à família para lhes

abrir o apetite, continua por resolver. Não por culpa, evidentemente, do padre (cujo nome nos escapa) que participou como esclarecedor (?) numa sessão do PS em Miratejo, localidade da freguesia de Corroios.

A pergunta foi feita a outro «esclarecedor» PS, apresentado como técnico de contas e indicado para intervir como defensor do consumidor, mas ficou sem resposta. O dito técnico parecia mais preocupado com o preço dos materiais fotográficos, que como se sabe são um produto de primeira necessidade do povo português...

Mas os presentes, trinta e poucos, não levaram apenas os preços do «Martini» e do material fotográfico para meditar em

casa. Ficaram ainda a saber, pela boca do já referido padre socialista, que fascismo foi coisa que nunca existiu em Portugal. Que Tomás e Salazar não eram fascistas coisa nenhuma, eles sabiam lá o que isso era...

E também que o capitalismo em Portugal foi uma coisa sem importância nenhuma, ficassem todos a saber! Pois se os capitalistas portugueses todos juntos nem sequer chegam aos pés do Rockefeller (sic).

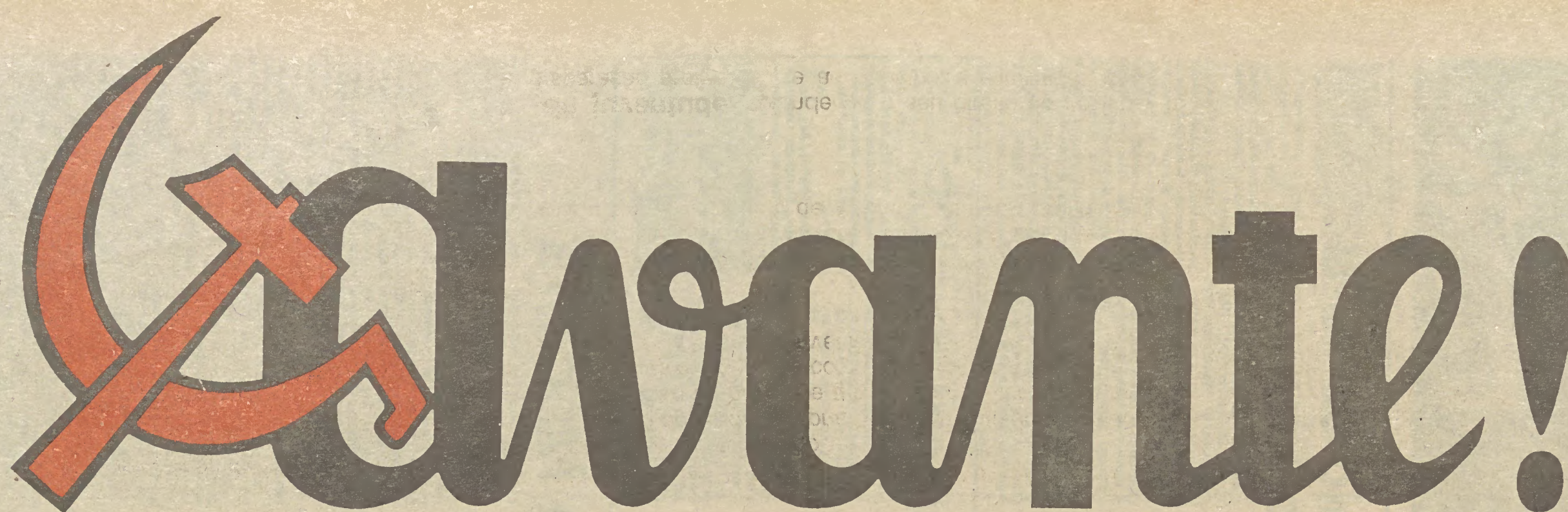
Mas o que mais moveu os presentes, trinta e poucos, foi a afirmação do mesmo «esclarecedor» de que o PS quando governou não governou, com a cabeça mas sim com o coração (sic).

E uma dúvida ficou nos espíritos: quantos cardíacos haverá na direcção do PS?

Parece mas não é anedota. Os presentes, trinta e poucos, ouviram todos estes esclarecimentos.

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

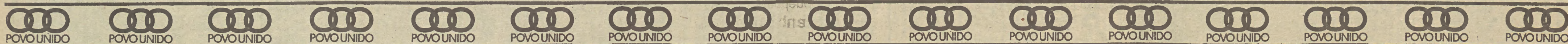
Director
António Dias Lourenço



Ano 49 — Série VII — N.º 305
22 de Novembro de 1979

**Jornal
de parede**

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



O PROGRAMA DO PCP:

PROGRAMA DA DEMOCRACIA PORTUGUESA



A solução da crise política e de todos os problemas nacionais deve ser encontrada no inteiro respeito pela Constituição, pelas instituições, pela legalidade e pela ordem democrática.

Em contraste com os planos da reacção, a política que o PCP propõe ao eleitorado corresponde às necessidades objectivas do Portugal de hoje e às necessidades e aspirações do Povo português.

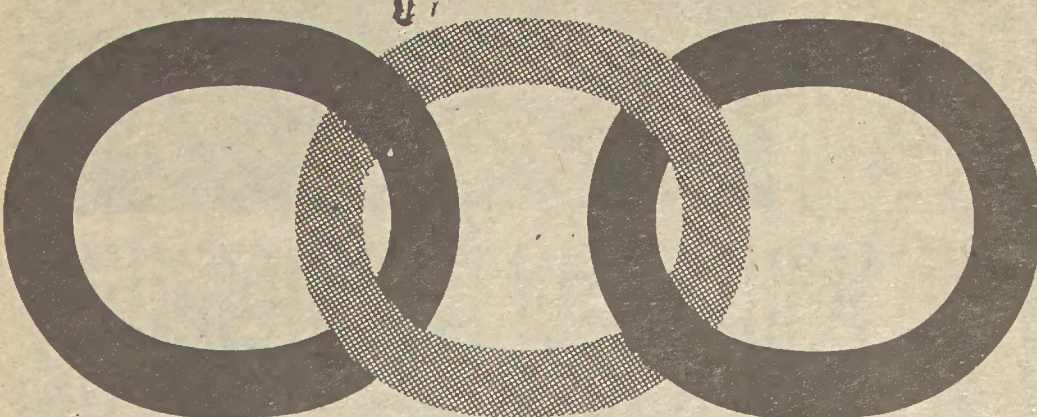
A política que o PCP propõe ao Povo português consta de 8 pontos

4. **Dinamização da economia portuguesa voltada para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do povo na base do respeito pelos limites das formações económicas** (sector nacionalizado, UCP's e Cooperativas da Reforma Agrária, empresas em autogestão, cooperativas, pequena produção agrícola e industrial, empresas capitalistas).

5. **Anulação e rectificação das decisões e actuações inconstitucionais e ilegais dos últimos governos, designadamente na ofensiva contra a Reforma Agrária, nas desintervenções, nos saneamentos de**



POVO UNIDO



POVO UNIDO

A política que o PCP propõe ao Povo português consta de 8 pontos

1. Respeito pela Constituição, estabilidade e reforço do regime democrático.
2. Garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, da legalidade, da ordem democrática e da tranquilidade pública.
3. Contenção do aumento do custo de vida e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias.

5. Anulação e rectificação das decisões e actuações inconstitucionais e ilegais dos últimos governos, designadamente na ofensiva contra a Reforma Agrária, nas desinvenções, nos saneamentos de

6. Ensino e cultura ao serviço do Povo.
7. Unidade das Forças Armadas e estabilidade militar.
8. Firme defesa da independência e soberania nacionais e da integridade territorial e diversificação das relações externas, amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

um programa para os portugueses

Os objectivos do nosso programa correspondem aos interesses de todos os que trabalham, das classes e camadas antimonopolistas, dos mais desfavorecidos, de todo o povo.

● **da classe operária e de todos os trabalhadores** (da indústria, das minas, dos transportes, da pesca, da agricultura, dos serviços), defendendo a elevação dos salários reais, a contenção dos preços, o direito efectivo à contratação colectiva, o combate ao desemprego e aos despedimentos, os direitos e liberdades sindicais, a melhoria da segurança social e das condições de habitação, rendas de casa acessíveis, um serviço nacional de saúde;

● **dos pequenos e médios agricultores e rendeiros** defendendo preços compensadores, garantia de escoamento dos produtos, contenção dos preços dos artigos necessários à agricultura, créditos, seguro agro-pecuário, assistência técnica, melhor previdência rural, revisão da Lei do Arrendamento Rural, aplicação da Lei dos Baldios;

● **dos intelectuais, quadros técnicos e profissões liberais**, defendendo a dignificação das suas actividades e função social, a segurança no emprego, carreiras profissionais, estímulo à criação artística e cultural e à investigação científica;

● **dos pequenos e médios comerciantes e industriais**, defendendo uma política de aumento da produção e do poder de compra, o alargamento do mercado interno, o acesso ao crédito e a redução das taxas de juro, a correcção das margens de comercialização, da fiscalidade e o apoio a medidas de reconversão e reestruturação;

● **das mulheres**, defendendo os seus direitos de mães, cidadãs e trabalhadoras, a sua crescente participação na vida política e social, uma rede de creches, cantinas, jardins de infância, lavandarias;

● **da juventude**, defendendo o seu direito ao ensino, à preparação profissional e ao trabalho, a eliminação das

discriminações salariais e profissionais, a reestruturação democrática do ensino, o alargamento do apoio social escolar, a dinamização da ocupação dos tempos livres.

● **dos que auferem mais baixos salários**, defendendo a actualização periódica do salário mínimo nacional, o seu efectivo cumprimento, a extensão dos benefícios sociais;

● **dos reformados**, defendendo a actualização de pensões e reformas, a gratuidade da assistência médica e dos medicamentos, rendas bonificadas, descontos nos transportes, centros de convívio;

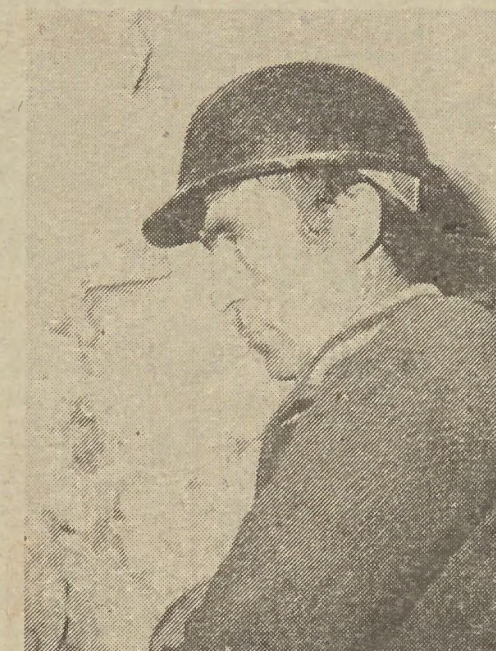
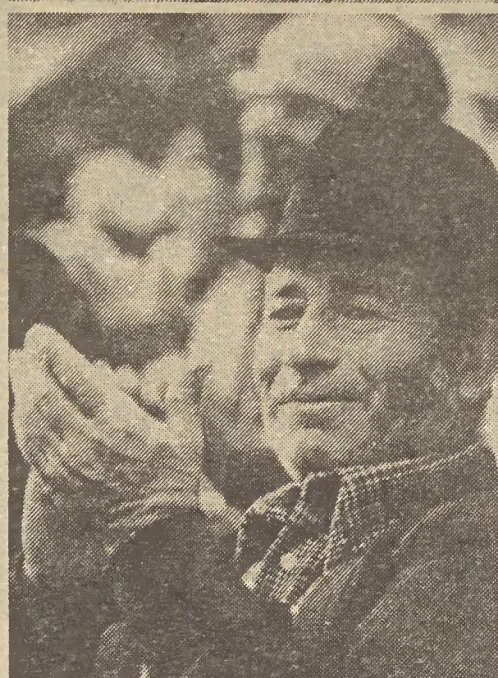
● **dos deficientes**, defendendo a sua reabilitação e integração social e profissional, o ensino especial, a melhoria das pensões e subsídios, descontos nos transportes;

● **das viúvas e órfãos desamparados**, defendendo o aumento das pensões de sobrevivência e a humanização das instituições oficiais de assistência à infância desprotegida;

● **dos desalojados**, defendendo a sua integração social e profissional, a integração escolar das crianças e jovens, a rápida solução das situações degradantes que atinge numerosas famílias.

● **dos trabalhadores emigrados**, defendendo acordos de emigração mais favoráveis, medidas de apoio social, cultural e jurídico, nomeadamente, generalização do ensino do português aos seus filhos;

Só os grandes capitalistas, os grandes latifundiários, os senhorios ricos, os especuladores, os exploradores e parasitas são atingidos pela política do PCP. A política do PCP é do interesse de todo o Povo, é uma política genuinamente popular e democrática.



Álvaro Cunhal no Norte e Centro

Um mar de gente em todos os lados

Contam-se em dezenas de milhares, muitas mesmo, o número dos que, nos distritos de Coimbra, Porto, Braga e Aveiro correram aos comícios, às sessões de esclarecimento e aos encontros com o camarada Álvaro Cunhal, efectuados de sexta a domingo últimos. Um mar de gente em toda a parte, é a melhor imagem para dar a medida do sucesso clamoroso de todas as iniciativas promovidas pelo PCP de apoio à APU, com a presença do secretário-geral.

No termo da segunda semana da campanha, a Aliança Reaccionária sofreu pesadas derrotas na "batalha das ruas", quer no Porto, quer em Guimarães, Braga ou em Aveiro. Com realce para a cidade invicta, onde, apesar do mau tempo, a multidão que, ao longo de várias horas, se estendeu ao longo da Praça da Liberdade, da Avenida dos Aliados e na General Humberto Delgado, era em número largamente superior ao que a AD conseguira juntar oito dias antes.

Entusiasmo, confiança e combatividade eram sentimentos comuns dos que encheram praças, ruas e salas em muitos locais do Norte e Centro do país. Era patente o crescimento da influência do PCP junto de muitos milhares de pessoas que engrossam o caudal dos que estão com o Povo Unido. Tal foi particularmente visível em toda a parte por onde passou o camarada Álvaro Cunhal, que, em Aveiro, asseverou "nunca ter visto tanta gente junta em Braga e em Guimarães".

Dezenas de milhares de pessoas no Porto

Confiança na vitória democrática era o que exprimia a multidão que ocorreu à "balxa" portuense, no sábado à tarde, disposta a participar numa inesquecível jornada. Nem a chuva intensa conseguiu diluir a vontade que animava aquelas dezenas de milhares de pessoas para demonstrar o seu apoio à iniciativa do Partido. Fosse outro o tempo e teríamos, nas ruas do Porto, as jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio a serem comemoradas em 15 de Novembro, com a mesma determinação de defesa da liberdade e da democracia.

"Parece o Senhor da Pedra" dizia para um amigo, um trabalhador que acabava de chegar à Avenida dos Aliados. Ainda não tinham chegado aqueles que se concentraram em sete pontos da cidade e já a "balxa" começava a ter o aspecto das grandes manifestações populares portuenses. Muitas crianças com bandeiras dos pioneiros vinham à frente do desfile que, com muitas centenas de pessoas, partia das Zonas Ribeirinhas.

Passavam cinco minutos das 15 e 30 horas, quando o desfile das Zonas Ribeirinhas teve de parar alguns momentos para dar passagem à concentração que arrancara do Campo 24 de Agosto. Muitas centenas de vozes gritavam "O povo está alerta, vota APU pela certa". Depois foram as numerosas delegações da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), dos intelectuais e de trabalhadores que chegaram à "balxa".

Apesar do "dia cinzento" era muito bonito o colorido dado à enorme massa humana pelas centenas de bandeiras do PCP, pelos cartazes com apelo ao voto APU e grandes faixas com palavras de ordem ou painéis. Às 15 e 20, ao ruir dos tambores de vários grupos de zós porais, juntou-se o som dos acordos dos instrumentos do Rancho Folclórico de Zebreira, Foz de Sousa, que se exibiu no palco instalado junto da estátua do Almeida Garrett, onde actuaram também os ranchos "Flor de Fânzeres" e "Ilhéus", de Campanhã.

A multidão enchia a Praça General Humberto Delgado e estendia-se, compacta, pela Avenida dos Aliados, quando chegou o camarada Álvaro Cunhal, pelas 16 e 40, efusivamente saudado por todos os participantes neste memorável comício. Enquanto era gritado em uníssono "PCP/APU", subiam para a tribuna vários candidatos Povo Unido (Helena Cidade Moura, Raul de Castro, Júlio Cardoso, Conceição Soares, Cassiano Abreu Lima, Vítor Ranita, Virgínia Moura, António Mota, Lino Lima, Óscar Lopes, Vidal Pinto, Edgar Correia, Ângelo Veloso e Carlos Costa) e o camarada Álvaro Cunhal.

Campanha prolonga lutas das camadas laboriosas

"A Campanha eleitoral do PCP e da APU, no Porto, aparece fundida e prolonga a luta dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos reformados, dos agricultores e rendeiros, de todas as camadas laboriosas do nosso distrito, e dá-lhes voz na importante batalha política que se trava em torno destas eleições", salientou a camarada Helena Medina, membro do CC e da DORP, candidata da APU, que divulgou dados significativos do trabalho realizado na pré-campanha na primeira semana da campanha.

Na sua intervenção, Helena Medina destacou a importância do comício na actual situação: os resultados modestos obtidos pela AR uma semana antes; os "relativos flascos" em que se têm saldado as caravanas da AR; as crescentes preocupações da direita quanto aos resultados; a inquietação crescente — não com a direita, mas com a APU — revelada pelo Governador Civil do Porto, dr. Cal Brandão, que continua em funções, apesar de ser candidato do PS à CMP, e ter revelado "crescentes manifestações de falta de isenção", como ficou claro através dos exemplos divulgados, a propósito, pela candidata da Aliança Povo Unido.

A recente melhoria do salário mínimo nacional abrangeu grande parte dos trabalhadores de sectores importantes no distrito (têxteis, madeiras, construção civil, panificação, conservas e calçado), destacou o camarada Vítor Ranita, candidato a deputado, que, além do outro dado significativo da deterioração das condições de vida dos trabalhadores do distrito: cerca de 90 mil trabalhadores desempregados, dos quais mais de 40 mil jovens à procura do primeiro emprego.

Depois da enumeração de exemplos significativos da política antiopressora dos últimos governos, Vítor Ranita acentuou que, "pela política que realizou nos últimos anos e por não dar qualquer garantia de que não se aliará, no futuro, à direita, o PS não merece o voto dos trabalhadores (...). É indispensável a concentração dos votos dos trabalhadores na APU".

Efusiva e demoradamente aclamado, o camarada Álvaro Cunhal tornou a palavra para expor a posição do partido sobre instantes problemas da hora actual. Nos últimos dez minutos da jornada foram preenchidos com novas demonstrações de apreço ao secretário-geral do PCP a quem foram entregues inúmeros ramos de cravos de Abril e com a multidão a entoar o Hino Nacional, e "Avante, camarada", "a Internacional" e "Grândola, Vila Morena".

Muitos milhares em Viana, Caxinas, Freamunde e Vila das Aves

Meia hora antes do início da sessão, já o "Sá de Miranda", em Viana do Castelo, estava com a lotação esgotada. Quando começou a actuação do Gomes Alves, José Manuel Mendes e do Manuel Borralho, que vieram de Braga cantar fados de Coimbra e divulgar poemas, já não cabia ninguém no teatro. Muito entusiasmo e confiança patente nos rostos dos presentes, que acompanharam e saudaram com agrado a actuação dos pioneiros de Viana.

Álvaro Cunhal no Porto:

"Os factos mostram que o voto seguro e certo na democracia é o voto no PCP, o voto na Aliança Povo Unido (APU), o voto nas três argolinhas. Sabe-se que o símbolo do PCP é a foice e o martelo, instrumentos de trabalho dos camponeses e operários. Nos boletins de voto aparecem três pseudopartidos apresentando como símbolo a foice e o martelo. Ninguém se deve deixar enganar. Esses pseudopartidos são provocadores e as foice e martelos que aparecem no boletim de voto são falsas foice e martelos para enganar os eleitores.

Por isso prevenimos: quem quiser votar no PCP, quem quiser votar na verdadeira foice e martelo do PCP, deve votar na APU, escrevendo a cruz ao lado das três argolinhas.

Esta questão trás uma outra: qual o papel dos agrupamentos esquerdistas ou esquerdistas nas eleições? Assim, que papel representa a UEDS nas eleições?

A nosso ver, os candidatos da UEDS, sem grandes possibilidades de eleger qualquer deputado, vão dividir os votos da esquerda, e com algumas centenas de votos que alcancem aqui ou além podem em alguns casos impedir a eleição dum candidato da APU e tornar possível a eleição de mais um deputado reaccionário.

O mesmo nas eleições para as Autarquias. Chamo, por exemplo, a atenção para o facto de em Gondomar, Valongo e Porto, a UEDS não concorrer às Assembleias

"Há condições políticas para a eleição de um deputado da Aliança Povo Unido no distrito de Viana do Castelo" frisou o camarada Avelino Gonçalves, membro suplente do CC e da DORM, que estava acompanhado na mesa pelos camaradas Álvaro Cunhal, António Lopes, membro do CC e responsável da DORM e Amândio Nogueira, membro do CC e da DORM, por outros elementos da lista de que é primeiro candidato e por convidados do MDP/CDE.

O camarada Álvaro Cunhal começou por fazer uma breve intervenção e respondeu a inúmeras questões colocadas pelos presentes, terminando a sessão quando o domingo já tinha meia hora. Nas Caxinas, Vila do Conde, começou o secretário-geral do PCP a contactar com pescadores e outros trabalhadores que, em número elevado, acorreram às imediações da Escola em número significativo. Homens do mar aproveitaram para se acercarem de Álvaro Cunhal e lhe apresentaram o problema que mais os preocupa: a difícil situação da classe piscatória.

Após terem sido feitas duas breves saudações por membros das Comissões Concelhias da Póvoa do Varzim e de Vila do Conde, o secretário-geral do PCP iniciou o seu breve improvisado explanando a posição do PCP sobre a situação das pescas e dos pescadores. Estes, segundo declarou "saberão encontrar o rumo certo (...). Se soubermos lutar, os filhos dos pescadores terão uma vida melhor que a dos seus pais", concluiu Álvaro Cunhal, que estava rodeado, no improvisado palco, por muitas crianças, aliás, uma situação que se repetiria em muitos outros locais.

Era a maior manifestação política jamais realizada em Freamunde. Domingo, a partir das 10 horas, milhares de trabalhadores de Freamunde e do concelho de Paços de Ferreira convergiram para o Largo para receberem e saudarem entusiasticamente Álvaro Cunhal. Um membro da Comissão

Concelhia do PCP divulgou os objectivos para a presente batalha eleitoral: aumentar em todas as freguesias; vencer em Freamunde; eleger um vereador para a Câmara Municipal e um ou mais eleitos nas AFs.

Rodeado por vários candidatos da APU às autarquias e por membros da DORP (Edgar Correia, João Prouça e António Mota) o camarada Álvaro Cunhal manifestou a sua alegria pela grandeza da multidão, "era para ser um encontro, mas é um comício, um grande comício", acentuou existirem "condições para se andar para diante no concelho" e fez um apelo à unidade dos trabalhadores. Um grupo de marceneiros comunistas entregou ao secretário-geral do PCP um prato em madeira para o futuro Museu do Partido.

Passavam 20 minutos do meio dia, quando a caravana chegou às Escolas das Fontainhas, na Vila das Aves. Presentes muitas centenas de pessoas que, até às 14 horas, confraternizaram com o camarada Álvaro Cunhal e aplaudiram as posições defendidas por ele e pelo representante da Comissão de Freguesia. Confiança na subida do Povo Unido e o desmascaramento da demagogia da direita foram a tônica da intervenção do camarada da organização local, que aproveitou o ensejo para denunciar que nem uma das promessas feitas pelo CDS, na Vila das Aves, fora cumprida: continua a faltar água; mantêm-se o mau fornecimento de energia eléctrica e as obras do Estádio só "anda oito dias, em cada campanha eleitoral"...

Grandiosos comícios em Braga e Guimarães

O contacto com a população do distrito de Braga começou em Famalicão, na Escola Técnica, às 14.20 horas. Apesar da hora não ser a melhor, estiveram presentes muitas centenas de pessoas, cujo número aumentava quando o secretário-geral do PCP abandonava o local, depois de ter feito uma breve intervenção, na qual acentuou: "Tanto no Sul, como no Norte, está cada vez mais gente conosco. Há uma maré cheia de vontade e determinação democrática para continuar o Portugal de Abril".

Estas palavras teriam mais uma confirmação, desta vez em Guimarães. Todos os caminhos iam dar à Alameda da Resistência ao Fascismo. Mais de uma dezena de milhares de pessoas apinhava-se na Alameda e nas imediações para participar no comício, iniciado às 15.30, com a presença dos cinco candidatos da cidade berço, incluídos na candidatura pelo círculo de Braga, e ainda de candidatos à AM e CM.

João Ribeiro, dirigente sindical têxtil e candidato, acentuou — a dado passo — que "os trabalhadores do distrito mostrarão com o seu voto que não confundem o justo apelo que dão ao movimento sindical unitário com um pequeno grupo político — a UEDS — cujo voto seria desperdiçado e inútil. (...) Saberão nesta hora decisiva

para nós concertar os seus votos na Aliança Povo Unido". Tomaram a palavra também José Oliveira e Óscar Pires Jordão, que acentuou, durante a sua intervenção: "os tempos são outros. Os caciques locais acabaram ou terão de acabar no nosso concelho", onde o Povo Unido concorre em quase sete dezenas de freguesias.

Muitas motorizadas com bandeiras do PCP chegaram à frente do camarada Álvaro Cunhal. Eram 15.56 horas. O entusiasmo da multidão era muito grande. Acompanhado pelos camaradas António Lopes e Henrique Sousa, membro da DORM, o secretário-geral do PCP chegou à tribuna e momentos depois iniciou a sua intervenção: "Vendo o elevado número de democratas e trabalhadores presentes podemos dizer que há razões para ter confiança na eleição de deputados da APU no distrito de Braga".

A necessidade de um grande esforço para "esclarecer, esclarecer sempre, para conquistar e convencer muitos que ainda não estão conosco", foi salientada pelo secretário-geral do Partido à multidão, que, várias vezes e entusiasticamente, o interrompia. Ali, como noutros locais, destacava-se a presença de inúmeras crianças e pessoas idosas. Havia famílias inteiras. Viam-se muitos e muitos trabalhadores e democratas que irão agora e pela primeira vez, dar o seu apoio ao Povo Unido.

Uma vez mais, desta feita com maior amplitude ainda, o Teatro Circo Braga tornou-se exíguo para albergar os democratas e trabalhadores da capital do Minho, presentes no comício iniciado cerca das 17 horas. Nas imediações, uma multidão seguia, através da instalação sonora, a jornada, onde tomaram a palavra os candidatos Povo Unido, José Manuel Mendes e Alfredo Cardoso.

Pelas 17.45 horas, foi chamado para a mesa Álvaro Cunhal que, momentos depois, iniciaria a sua intervenção, perguntando a certo momento: "Se, por suposição, Cristo voltasse hoje onde é que ele se iria albergar? Na casa dos Melos ou nas casas modestas mas honradas dos pescadores, dos camponeses, dos operários?"

AVEIRO: Uma previsão confirmada — mais gente que a AD...

Tudo começou em Vila Real, quando a Aliança Reaccionária tentou abafar o comício do PCP e o tiro lhe saiu pela culatra. No Pavilhão Gimno-Desportivo estava mais gente a dar o seu apoio ao PCP e à APU, do que na Praça para, onde caciques arregimentaram — sem sucesso — pessoas enganadas. Foi um desaire que lhes causou bastantes engulhos. Em Aveiro, perorou um dirigente do PPD, é que se vai tirar a prova: vamos ver se o PCP tem mais gente.

Bastava entrar no Pavilhão da Feira de Março, domingo à noite, para verificar que os cálculos saíram furados à reacção. Eram



Aveiro



Coimbra

APU «vence» AD em Coimbra

Três dias estes que tinham começado sexta-feira à noite, em Coimbra, onde a assistência (cerca de 4000 pessoas) ao comício a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, no Pavilhão da Palmeira, ultrapassava nitidamente aquele que, entretanto, noutro recinto da cidade, participava numa sessão com os «leaders» da aliança dita democrática.

A abrir a sessão, presidida pelo candidato da APU e membro do PCP José Jorge Ferreira, interveio Avelãs Nunes, candidato independente, que leu um documento de apoio de democratas independentes às listas da APU, subscrito, entre outros, por personalidades como Luís de Albuquerque; Teixeira Ribeiro, Rui Carrington da Costa, Jorge Alarcão e Torrado da Silva.

O «Manifesto Eleitoral dos candidatos apresentados pelo PCP» no círculo de Coimbra foi seguidamente apresentado por Jorge Leite, cabeça de lista da APU por este distrito, que fez a síntese dos objectivos nele propostos, subordinados à defesa das liberdades e consolidação do regime democrático, à defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, ao progresso da vida nos campos, ao fomento do desenvolvimento económico e à industrialização, à melhoria radical da qualidade de vida da população e à luta por um governo democrático com uma política democrática.

Saudadas com grande entusiasmo, estas intervenções preencheram a primeira parte da sessão, que prosseguiu com uma intervenção do camarada Álvaro Cunhal, na qual analisou os traços essenciais da situação política

APU «vence» AD em Coimbra

Três dias estes que tinham começado sexta-feira à noite, em Coimbra, onde a assistência (cerca de 4000 pessoas) ao comício a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, no Pavilhão da Palmeira, ultrapassava nitidamente aquele que, entretanto, noutro recinto da cidade, participava numa sessão com os «leaders» da aliança dita democrática.

A abrir a sessão, presidida pelo candidato da APU e membro do PCP José Jorge Ferreira, interveio Avelãs Nunes, candidato independente, que leu um documento de apoio de democratas independentes às listas da APU, subscrito, entre outros, por personalidades como Luís de Albuquerque; Teixeira Ribeiro, Rui Carrington da Costa, Jorge Alarcão e Torrado da Silva.

O «Manifesto Eleitoral dos candidatos apresentados pelo PCP» no círculo de Coimbra foi seguidamente apresentado por Jorge Leite, cabeça de lista da APU por este distrito, que fez a síntese dos objectivos nele propostos, subordinados à defesa das liberdades e consolidação do regime democrático, à defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, ao progresso da vida nos campos, ao fomento do desenvolvimento económico e à industrialização, à melhoria radical da qualidade de vida da população e à luta por um governo democrático com uma política democrática.

Saudadas com grande entusiasmo, estas intervenções preencheram a primeira parte da sessão, que prosseguiu com uma intervenção do camarada Álvaro Cunhal, na qual analisou os traços essenciais da situação política

actual e sublinhou a importância dos próximos actos eleitorais.

Entretanto, na manhã de sábado, bem cedo a população de Avenal Sobreiro veio para a rua receber o secretário-geral do PCP. O encontro então havido no Largo da Escola proporcionou um vivo diálogo em torno de problemas agrícolas e da compatibilidade entre ser cristão e ser comunista. Aliás, estes seriam temas retomados nas rápidas sessões em que Álvaro Cunhal participou a o lugar da manhã, sucessivamente, em Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Ereira e Vila Verde.

Aqui, enchendo mais a «maré» que se vinha formando ao longo do percurso, uma extensa caravana de automóveis aguardava Álvaro Cunhal que era acompanhado pelos camaradas Vasco Paiva, do CC e da DORBL, e Jorge Leite, primeiro candidato da APU por Coimbra, e, ainda, pelo candidato independente Avelãs Nunes.

O que se seguiu pode classificar-se de autêntica manifestação, com rumo ao teatro local que, a transbordar de gente, era a expressão do calor fraterno com que se recebem os comunistas naquele lugar do concelho da Figueira da Foz.

De notar que em Figueiró do Campo, por exemplo, grande número de pessoas de outros partidos participaram activamente, pondo dúvidas e perguntas ao assinalável abertura.

Enfim, dos contactos dessa manhã, que apesar de chuvas não impediu a grande afluência das populações, em particular de agricultores, muitos deles com os seus instrumentos de trabalho, ficou a ideia de que é de facto maior em cada dia a compreensão das justas posições e propostas do Partido, o apoio que lhe vai ser dado através do voto na democracia, o voto na APU.



Guimarães



Braga



Viana do Castelo



Porto

«O vento sopra a favor da democracia»

As forças reaccionárias dizem que vão ganhar as eleições. Nós dizemos que as vão perder e confiamos em que as perderão mesmo.

E então?

Sá Cameiro afirma que, se a Aliança Reaccionária não tiver maioria absoluta, não formará governo.

Freitas do Amaral diz sobre a matéria precisamente o mesmo: se não tiverem maioria absoluta, não formarão governo.

Quanto ao agrário Ribeiro Telles, sobre esta matéria não diz nada porque nessas coisas de governo quem manda são os «grandes chefes» da Aliança e porque ele Telles, afinal, coitado, paladino da monarquia sem rei, tem de se contentar em dizer umas pachouçadas sobre o meio ambiente e aparecer ao lado dos outros dois, a fingirem que são três.

Porque, falando-se de monarquia no seio da «Aliança», os monarcas são o PPD e o CDS, o PPM é o bobo da corte.

De qualquer forma, os «grandes chefes» dizem que, não tendo maioria absoluta, não formarão governo.

Ora aqui está finalmente um ponto sobre o qual nós, os comunistas, o PPD e o CDS estamos completamente de acordo: ficando em minoria na Assembleia da República, o PPD e o CDS (ou seja: a Aliança Reaccionária) não formarão governo.

Eles dizem que isso será assim porque não querem. Nós dizemos que isso será assim porque não podem. Mas de qualquer forma é um ponto em que há pleno acordo.

A derrota da Aliança Reaccionária será precisamente ficar em minoria, mesmo que tenha, como é quase certo que virá a ter, mais votos e lugares que o PS.

Essa era aliás a situação existente na Assembleia da República eleita em 1976 e recentemente dissolvida. Em 1976 o PS elegeu 107 deputados. E o PPD e o CDS somados elegeram 115 (73 do PPD mais 42 do CDS). Tinham portanto mais deputados do que o PS. Mas não tinham maioria absoluta, porque, além dos deputados do PS, havia 40 deputados do PCP, o que dava uma maioria democrática numérica, que é certo nunca se concretizou numa maioria democrática efectiva porque o PS se aliou à direita contra os trabalhadores, mas que representou apesar de tudo uma possibilidade permanente de impedir que passasse um governo abertamente do PPD e do CDS.

Na anterior Assembleia, nunca o PPD e o CDS ousaram propor a formação de um governo de coligação dos dois partidos. Continuando em minoria, não têm qualquer direito a reclamar formar governo.

Esta questão poderia arrumar-se desde já, mesmo antes das eleições, desde que o PS estivesse realmente decidido a não deixar passar a reacção.

Pela nossa parte não deixaremos lugar a quaisquer dúvidas: No quadro da Constituição, do regime e das instituições, o PCP opor-se-á com toda a firmeza e sem a mínima vacilação à formação de qualquer governo PPD/CDS.

Se o PS tomasse atitude semelhante, desde já ficaria claro qual seria o quadro político após as eleições. Logo que se conhecessem os resultados e se verificasse (como esperamos que se verifique) que a Aliança Reaccionária tinha ficado em minoria, poderia afirmar-se estar completamente afastado o perigo da formação de um governo reaccionário do PPD e do CDS.

Naturalmente que, na formação do futuro governo, intervirá também o Presidente da República. Mas, no que respeita às consequências dos resultados das eleições (que o Presidente deve ter em conta segundo os termos constitucionais) a questão ficaria definitivamente clarificada.

Tomando sobre si uma grave responsabilidade, o PS não tomou semelhante atitude, não diz desde agora qual será a sua posição em relação à formação do futuro governo e isso é uma das razões por que afirmamos que o voto no PS é um voto inseguro e incerto na democracia.

Para uma vitória da APU no distrito de Braga

A pré-campanha e a campanha eleitoral do nosso Partido, da Aliança Povo Unido, mostra de forma irrefutável que, ao nível das massas, o vento sopra a favor da democracia.

A simpatia, a confiança e o apoio no nosso Partido são cada vez maiores.

A Aliança Povo Unido (APU) desencadeou, uma dinâmica unitária em vastos sectores democráticos aproximando-se, chegando a acordo, formando listas conjuntas, actuando em comum não só comunistas e membros do MDP, mas democratas independentes e de todas as tendências, incluindo socialistas.

O ideal libertador do 25 de Abril confirma-se, avança e expande-se com a acção esclarecedora, o sereno

optimismo, o entusiasmo e a esperança que infunde, em largas massas até agora afastadas da vida política activa, a campanha eleitoral da Aliança Povo Unido.

A reacção consegue, é certo, manter ainda em vastas zonas do território nacional uma situação antidemocrática (uma situação AD), impedindo de facto a expressão livre das opiniões e das ideias e a organização e actuação livre das forças democráticas.

Consideramos um notável êxito da nossa política de unidade democrática o facto de que mais de 60% de candidatos para as autarquias não serem membros do PCP nem do MDP.

Mas a extensão das zonas onde isso sucede diminui a olhos vistos.

Em muitas terras onde dois ou três anos atrás existiam verdadeiras ditaduras locais exercidas pelos caciques do PPD e do CDS, o povo perdeu o medo, faz frente aos caciques, organiza-se, luta pelos seus interesses e direitos, participa na batalha política pela democracia, aproxima-se do nosso Partido e engrossa as nossas fileiras com novos e intrépidos combatentes da causa dos trabalhadores.

Esta evolução está expressivamente testemunhada, na comparação do número de freguesias a que a APU (então FEPU) concorreu em 1976 e o número a que concorre em 1979.

Em 1976 a APU concorreu em 1117 freguesias. Em 1979 concorre em 2345.

No distrito de Braga em 1976 a APU concorreu em 71 freguesias. Em 1979 concorre em 252.

Esta evolução, não só abre a possibilidade de um grande êxito nas eleições para as autarquias em 16 de Dezembro, como faz prever um avanço considerável nas eleições para a Assembleia da República no dia 2.

A campanha pré-eleitoral e eleitoral do nosso Partido, da APU, mostra que é absolutamente possível eleger deputados nos distritos onde em 1976 não se elegeu nenhum.

Também sobre isto se pronuncia o Partido Socialista.

O secretário-geral do PS afirmando que, em vários distritos, o PCP (a APU) «matematicamente sabe que não elegerá deputados», faz campanha do «voto útil» no PS, dizendo que, nesses distritos, o PCP deveria apelar para o voto no PS.

Não queria mais nada o dr. Mário Soares. Não. O PCP apela para o voto na APU. E a verdade é esta. Não haverá um único comunista que vote no PS, mas haverá numerosos socialistas que votarão na APU.

As possibilidades da vitória da APU existem em todo o território. Tudo depende do nosso trabalho.

Já lá vai o tempo em que a reacção conseguia manter um muro de intimidação e de desconfiança entre as massas populares e o PCP.

Agora, também no Minho, também em Braga e no seu distrito, o PCP aparece cada vez mais claramente aos olhos dos trabalhadores, do povo laborioso, dos democratas como o Partido do qual depende de forma decisiva o melhoramento das condições de vida do povo, a consolidação da democracia, o progresso e a Independência da Pátria.

Também em Braga e no seu distrito, o PCP aparece aos olhos dos trabalhadores, do povo laborioso, dos democratas, como o partido da verdade, da esperança e do futuro.

Por isso, às palavras que publicamente nos dirigiu o secretário-geral do PS para que o PCP aconselhasse ao voto no PS em distritos onde em 1976 não elegemos nenhum deputado queremos aqui também publicamente responder.

O Minho não está parado. O povo do Minho avar, também no caminho da democracia. Milhares e milhares de eleitores, que, em 1976, votaram no PPD, no CDS e no PS voltam hoje às costas a estes partidos, porque a vida ensinou duramente nos últimos três anos ao povo quem são os seus verdadeiros amigos, quem são os verdadeiros defensores dos seus interesses, quem são os verdadeiros defensores da liberdade e da democracia.

Até hoje, o distrito de Braga, distrito industrial e de pequena e média exploração agrícola, não teve na Assembleia da República um deputado do distrito que representasse a classe operária e os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores e rendeiros.

Até hoje, os deputados do distrito de Braga representaram e defenderam na Assembleia da República os interesses dos grandes capitalistas e dos senhorios ricos.

O povo do distrito de Braga quer finalmente ter na Assembleia da República quem defenda verdadeiramente os interesses das classes laboriosas, quem defenda com coragem e determinação o Portugal de Abril.

Para que este resultado seja alcançado é necessário que os trabalhadores se não deixem enganar pelas listas

esquerdistas nem pelas listas de provocadores ao serviço da direita com linguagem pseudo-revolucionária, que sem terem quaisquer possibilidades de eleger algum dos seus candidatos, porque não têm organização nem influência, aparecem apenas para confundir os trabalhadores, para dividir os votos, para desviar da APU votos de trabalhadores e democratas e assim, objectivamente, procurar dificultar a eleição de deputados APU e facilitar a eleição de deputados da direita.

Cóisa semelhante se passa com as listas da UEDS. Pela reduzida influência desse partido, é previsível que não elegerá nenhum deputado nem no distrito de Braga, nem também no país. Mas alcançando aqui umas dezenas, além umas centenas de votos da esquerda, poderá, com as suas candidaturas, impedir a eleição de um outro deputado APU e tornar possível a eleição de mais um deputado da direita.

A campanha anticomunista procura convencer as pessoas de que o PCP, concorrendo com a coligação Aliança Povo Unido (APU), está a esconder a sua verdadeira cara.

Contra tais acusações, podemos afirmar que, em contraste com outros partidos, o PCP tem objectivos claros que apresenta ao povo, é fiel aos compromissos que assume perante o povo e empregará todas as suas energias e lutará firmemente em quaisquer circunstâncias para que esses objectivos sejam alcançados.

Há partidos que prometem defender a democracia, que se chamam «democratas», (é o Partido Popular Democrático, é o Centro Democrático Social, é a Aliança Democrática) mas que têm o plano sinistro e declarado (que ninguém se iluda!) de destruir a democracia. O Partido Socialista que se chama «socialista», prometeu defender as conquistas de Abril, prometeu não se aliar à direita, e depois, no governo, aliado ao PPD e coligado com o CDS, conduziu uma política de recuperação capitalista e de destruição das grandes conquistas de Abril.

Somos o único partido que, no seu combate, em toda a sua actuação, se manteve e mantém inteiramente fiel ao seu programa, às suas promessas, aos compromissos que assumiu ante o povo português.

Por isso apresentamo-nos às eleições de consciência tranquila e de cabeça erguida.

Engana-se a reacção e engana-se o secretário-geral do PS.

No Minho, no distrito de Braga, como no resto de Portugal, o voto útil na democracia é o voto na APU, não apenas para se contarem votos mas para se elegerem deputados.

Compartilho inteiramente do optimismo e da confiança das camaradas e amigos do distrito de Braga quando afirmam: há todas as possibilidades de eleger um ou dois deputados da APU pelo distrito de Braga.

Os católicos e o voto na APU

Na pré-campanha e na campanha eleitoral não têm sido apenas os partidos reaccionários que fazem propaganda. Observamos que, infelizmente, também intervem na campanha eleitoral responsáveis da hierarquia católica e mesmo sacerdotes.

Nós, comunistas, defendemos a liberdade religiosa e o pleno direito da prática de culto. Ninguém nunca nos ouviu uma palavra ofensiva para a Igreja e para a prática religiosa.

Ademais reconhecemos plenamente aos bispos e aos sacerdotes, como cidadãos portugueses que são, o direito de terem opiniões políticas e de defendê-las usando as liberdades e direitos que a Constituição confere a todos os cidadãos.

Mas defender ideias políticas é uma coisa e outra coisa (e essa nós criticamo-la) é usar meios de pressão religiosa para levar os crentes a votar em tal ou tal partido — no caso concreto em partidos reaccionários.

Uma coisa é fazer propaganda eleitoral em comícios ou outras iniciativas e isso é um direito de todos os portugueses.

Outra coisa (e essa nós criticamo-la) é fazer propaganda eleitoral nos templos, onde os crentes vão, não por serem de tal ou tal partido, mas porque são crentes. Não nos parece que as Igrejas ganhem em dignidade quando se convertem em centros de propaganda de partidos.

Porquê esta campanha que pretende impedir os católicos de votar na democracia e levá-los a votar na reacção?

A razão é que as forças reaccionárias tomam consciência de que estão a perder terreno na batalha das ideias, no confronto de programas, no apoio do eleitorado. É porque vêem fugir-lhes o eleitorado, que as forças reaccionárias procuram introduzir na batalha eleitoral, não

novos argumentos políticos, que os não têm, mas argumentos de ordem religiosa.

Isso torna necessário insistirmos em expor ao povo as nossas opiniões e posições sobre a matéria.

Em Portugal não existe qualquer questão religiosa. O povo português não se divide em crentes e não crentes. Não há ódios religiosos. A religião e a Igreja vivem em paz. Tomam grande responsabilidade sobre si, aqueles que, querendo fazer da Igreja uma arma da reacção levantam divisões, ódios, conflitos que perfeitamente poderiam e deveriam ser evitados.

Quando dizem que um católico não pode ser comunista e que o comunismo é incompatível com o cristianismo, nós perguntamos:

Será incompatível o cristianismo com os interesses da classe operária e de todos os explorados e oprimidos e com o melhoramento das suas condições de vida que o PCP firmemente defende?

Será incompatível o cristianismo com as liberdades e direitos dos cidadãos, com a liberdade de falar, de escrever, de reunião, de se organizar, de se manifestar, em resumo, com as liberdades e direitos democráticos por que sempre se bateu e continua a bater-se o PCP?

Será incompatível o cristianismo com os direitos dos pequenos agricultores e dos rendeiros que depois de laborarem a terra com o seu suor e o suor dos seus filhos, são esbulhados das benfitorias e despejados de terras e casas pelos senhorios ricos?

Será incompatível o cristianismo com a defesa dos interesses (que o PCP defende) dos reformados, dos deficientes, das crianças e órfãos desamparados?

E, inversamente,

Será compatível o cristianismo com a actuação dos grandes capitalistas que fazem espancar os seus operários por bandos de capangas e gorilas, que despedem ilegalmente dirigentes sindicais, que exploram e oprimem os trabalhadores, a fim de alcançarem lucros cada vez mais elevados e juntarem fortunas colossais?

Será compatível o cristianismo com a actuação dos grandes agrários, que com a protecção das forças repressivas expulsaram os trabalhadores das terras, roubando-lhes máquinas e gados, para de novo deixarem terras abandonadas, enquanto milhares de trabalhadores, aos quais a Reforma Agrária havia garantido pão e trabalho são de novo lançados ao desemprego ficando as mulheres e os filhos sem pão?

Não estarão mil vezes mais próximos do cristianismo os operários, os camponeses, os explorados e oprimidos, do que os grandes senhores que amontoam fortunas e vivem no luxo e no prazer à custa do suor, dos sofrimentos, das lágrimas e do sangue de milhares e milhares de trabalhadores?

No entender dos católicos, se Cristo voltasse à terra quais as casas que escolheria para se albergar? Seriam os palácios dos Mellos, dos Champallimaud, dos Espírito Santo, dos grandes capitalistas, dos grandes latifundiários, dos senhorios ricos? Seriam as luxuosas vivendas com piscina? Ou seriam as casas dos pobres, as casas modestas e honradas dos trabalhadores, dos operários, dos pescadores, dos camponeses?

Será abusivo responder que não escolheria certamente para se albergar os palácios e as vivendas de luxo onde encontraria os Sá Cameiro, os Freitas do Amaral, os Ribeiro Telles, os Kaulza, mas as casas dos pobres onde encontraria, não os milionários, não os fascistas e os reaccionários, mas quase certo os comunistas?

Será erro afirmar que, no fundo da aceitação das ideias cristãs por milhões de homens, está na origem a história de uma vida, que para dizer a sua verdade não teve receio do poder do Estado, nem dos insultos e injúrias, nem das perseguições, nem das pedras arremessadas, nem da coroa de espinhos nem dos golpes de lança e do vinagre vertido nas feridas, nem da tortura e da morte?

Não haverá razões para que aqueles que foram ganhos pelo sacrifício de quem, para dizer a verdade, fez frente aos poderosos e não temeu a morte, se sentem próximos daqueles que nos dias de hoje por dizerem a verdade ao povo, são vítimas de injúrias ameaças e de perseguições?

Um alto dignatário da Igreja afirmou recentemente que o cristão tem o dever de receber os comunistas que eventualmente batam à sua porta. Podemos nós também dizer que os comunistas abrem sempre a sua porta aos cristãos que nela vêm bater. E como vêm bater à porta dos comunistas muitos milhares de cristãos, isto significa que muitos milhares de cristãos vivem hoje na grande e fraternal casa dos comunistas — o PCP — e que centenas de milhares de cristãos, com o PCP, com o Portugal de Abril, darão o seu voto à Aliança Povo Unido, à APU.

(Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal em Braga)

Gestão das empresas do Estado

Extensa maioria da unidade nas eleições dos representantes dos trabalhadores

● Exige-se do Governo a regulamentação da Lei das CTs

Os trabalhadores de algumas das maiores empresas nacionais (Siderurgia Nacional, CP, RN, Quimigal, Setenave, EDP, entre outras, incluindo a Banca) têm vindo a eleger, de acordo com a Lei 46/79 (das CTs) os seus representantes para os órgãos de gestão do sector empresarial do Estado. Para além da boa participação nessas eleições, é de destacar a notória maioria alcançada, tanto no número de empresas como no número de votos, pelos representantes da confiança das Comissões de Trabalhadores de composição unitária, que defendem o regime democrático consagrado na Constituição e os princípios e a acção unitária do Movimento Sindical encabeçado pela CGTP-IN. A Central tem, de resto, dedicado ao assunto grande actividade e a maior atenção, fornecendo a todos os trabalhadores os elementos indispensáveis à correcta aplicação da Lei 46/79. Ao mesmo tempo que conduz uma campanha de esclarecimento sobre os aspectos prejudiciais e inconstitucionais da Lei das CTs, a CGTP-IN continua a actuar no sentido de a cumprir, para o que exige do Governo as respectivas medidas de regulamentação.

A inegável importância desta frente de luta, a que os trabalhadores têm correspondido, sem abandonar, no entanto, as suas posições fortemente críticas perante a Lei 46/79 e mesmo o repúdio frontal de alguns dos seus aspectos mais graves, veio revelar novamente, neste período de campanha eleitoral para a Assembleia da República, como a actuação divisionista do PS na UGT e nas empresas (sobretudo na Banca) só tem beneficiado as posições da direita e prejudicado os interesses vitais dos trabalhadores, incluindo, claro está, os trabalhadores socialistas.

Um mau "negócio" do PS

A Imprensa diária, de um modo geral, tem publicado os resultados das votações. Na Banca, nos actos eleitorais efectuados até final da semana passada (dia 17) os candidatos apoiados pela "tendência" PS não conseguiram um único cargo nas 9 instituições bancárias onde houve eleições: BESCIL, FONSECAS & BURNAY, BNU, BORGES & IMBÃO, PINTO & SOTTO, MAYOR, TOTA & AÇORES, Crédito Predial Português, Banco de Portugal e Caixa Geral de Depósitos.

Os candidatos unitários foram eleitos no FONSECAS & BURNAY, na Caixa Geral de Depósitos e no Crédito Predial. O resto foi parar às mãos do PPD, cabeça de cartaz da Aliança Reaccionária, e "parceiro", cada vez mais privilegiado, do PS na UGT. Querêrão os divisionistas do PS extrair algumas lições deste

"negócio"? Ou vão continuar a insistir numa "aliança" contranatura que leva o PS a demitir-se das suas responsabilidades no campo sindical como partido democrático?

Até agora os divisionistas do PS deram a mão à direita para lhe entregarem alguns Sindicatos e estruturas dos trabalhadores em empresas do sector de serviços. Daqui por diante, a continuar essa acção gonelhistas, a direita encabeçada pelo PPD cada vez necessitará menos da mão do PS. De resto, já pouco se dá por elas nas decisões dos amarelos, na actuação da UGT.

Se os responsáveis pela "tendência" PS nas estruturas dos trabalhadores na Banca agissem coerentemente na defesa dos interesses das classes trabalhadoras (como o PS diz agir), a direita-PPD-Gonçalves-UGT sairia derrotada sem apelo em todos os os bancos onde elegeu os seus agentes para "representantes" dos trabalhadores nos órgãos de gestão.

Mas ainda assim, os resultados das votações na Banca não deixam dúvidas sobre o apoio à nacionalização do sistema bancário. A grande massa dos trabalhadores não está com os projectos da Aliança Reaccionária e com as trufalhadas nas quais a direita é parte interessada e encobridora activa, invocando falsamente o sigilo bancário, numa campanha de demagogia e confusão.

Com muito raras excepções, os representantes unitários para os órgãos de gestão das grandes empresas industriais e de transportes mereceram, através do

voto, um apoio largamente maioritário para a defesa consequente das posições colectivas dos trabalhadores. E vasto campo tem essa defesa, nos termos da Constituição, tendo em conta o papel decisivo da generalidade dessas empresas na economia do País.

O caso muda de figura na maioria das empresas

Grandes complexos industriais e empresas de vulto, como a Quimigal (ex-CUF), a Siderurgia Nacional, a Setenave, a Rodoviária Nacional, a CP, passam a dispor, nos órgãos de gestão, de representantes estreitamente ligados às Comissões de Trabalhadores e ao papel que pela Constituição lhes cabe no controlo de gestão.

Como oportunamente salientou a CGTP-IN, as CTs, quando exercem o controlo de gestão, e os representantes dos trabalhadores eleitos para os órgãos estatutários, quando participam na gestão, fazem-no (ver artigos 55.º, 56.º e 90.º da Constituição) para defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores, da economia nacional e do projecto de transformação económica e social inscrita na Constituição, na perspectiva do socialismo. E se a Constituição e a Lei reconhecem aos trabalhadores o direito a estas formas de intervenção na vida das empresas, fazem-no para

a "criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras" (artigo 2.º da Constituição).

Nunca é demais, neste caso, chamar a atenção para a Lei Fundamental do País. Trata-se do sangue e da carne da economia nacional, do trabalho e da vida de todos os trabalhadores portugueses.

É obrigação do Governo regulamentar a Lei das CTs

O Governo não pode alterar a Lei 46/79. Mas "tem responsabilidades e deveres especiais quanto à aplicação da Lei nas empresas dele dependentes", afirma a CGTP-IN, que reclama do Executivo, como "órgão do Estado com competência legislativa e administrativa", as medidas de regulamentação da Lei 46/79, indispensáveis para garantir a sua plena aplicação.

Embora considere positivo o facto de o Governo ter reconhecido, expressa e publicamente, a plena igualdade estatutária entre administradores eleitos pelos trabalhadores e administradores designados pelo Governo, uns e outros como "agentes do interesse público", a CGTP-IN salienta, com especial atenção, que esse "interesse público" reconhecido aos representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão do sector empresarial do Estado não pode ser fundamento para a submissão desses representantes à tutela governamental, "como se de mais um gestor designado pelo aparelho do Estado se tratasse, mas antes tem de corresponder à perspectiva constitucional de considerar os trabalhadores como principais destinatários e agentes do projecto de transformação económica e social e, por isso, legítima (essa perspectiva constitucional) para controlar a sua observância pela administração pública e pelas empresas (controlo de gestão)



e para intervir construtivamente no sentido de levar à prática os valores constitucionais (participação na gestão)".

Um direito a exercer imediatamente

Os representantes eleitos pelos trabalhadores "têm direito a entrar já no exercício de funções e a participar de dentro nas tarefas de alteração dos estatutos" das empresas do sector empresarial do Estado, considera a CGTP-IN sublinhando que **não pode aceitar-se como válido, nem legal, que o Governo condicione a entrada em funções dos representantes à prévia alteração dos estatutos das empresas.**

Com base na própria Lei 46/79, a Central considera ainda que os trabalhadores têm o direito de designar representantes para todos os órgãos sociais daquelas empresas e não apenas para os órgãos de gestão e de fiscalização.

Nun papel constante ao diálogo com o Governo sobre estas e outras questões suscitadas pela aplicação da Lei das CTs, a CGTP-IN faz ainda algumas precisões sobre o conceito de

"sector empresarial do Estado", lembrando que o mesmo "compreende, além das empresas públicas personalizadas (reguladas pelo Decreto-Lei 260/79), todas as empresas nas quais, independentemente da sua forma jurídica, o Estado, as regiões autónomas, as autarquias locais, fundos autónomos, institutos públicos, instituições de Previdência e outras entidades públicas exercem, de facto ou de direito, o poder de decisão", nomeadamente, "os serviços municipalizados; os estabelecimentos fabris militares; as empresas nacionalizadas, ainda sem a forma jurídica de empresas públicas personalizadas; as sociedades de capitais públicos; as sociedades de economia mista e as empresas participadas, sob a forma de sociedades comerciais, em que o Estado e (ou) as entidades públicas acima referidas detenham, separada ou conjuntamente, uma percentagem de capital superior a 50 por cento (Decreto-Lei 285/77); as empresas intervencionadas (Decreto-Lei 422/76); e as empresas controladas de facto pelo Estado (através da dispersão de voto do capital privado, ou do crédito) ainda que a percentagem de capital do Estado seja inferior a 50 por cento".

A luta dos reformados

O MURPI – Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos – repudia a decisão de afastamento dos representantes das organizações de trabalhadores da gestão das Instituições de Previdência no dia 28 do corrente, por considerar tal medida contrária ao disposto na Constituição da República e atentatória dos interesses dos beneficiários e pensionistas.

Em comunicado divulgado a propósito, o MURPI interroga-se sobre as graves consequências que advirão do facto de não haver representantes dos trabalhadores nas Comissões Instaladoras dos Centros Regionais de Segurança Social: «se existem dezenas de milhares de requerimentos de pensão e invalidez a aguardar despacho, alguns desde 1974, o que será no futuro sem os representantes dos trabalhadores a fazerem pressão?»

Esta questão foi um dos muitos problemas debatidos no passado sábado durante o I Encontro Nacional do MURPI, realizado na Voz do Operário em Lisboa.

As largas centenas de participantes no Encontro pronunciaram-se pela necessidade de implantação de «um esquema mínimo de protecção social», de molde

a integrar progressivamente no regime geral os diversos esquemas de Previdência, nomeadamente no que se refere aos trabalhadores rurais.

Entre outras medidas, foi exigida a «imediata intervenção governamental no sentido de assegurar a cobertura financeira dos encargos e melhorar as pensões, a revisão urgente das formas de financiamento da segurança social em articulação com o sistema fiscal, medidas eficazes para a recuperação das dívidas, melhoria do montante da pensão social e sua extensão a todos os idosos e inválidos que não estão cobertos por qualquer regime e ainda a atribuição aos pensionistas do regime especial dos rurais do complemento da pensão por cônjuge a cargo».

O Encontro constituiu uma importante jornada na luta dos reformados, pensionistas e idosos pelas suas justas reivindicações. Muitos são aqueles que fazem promessas, quando as eleições estão à vista, mas os reformados já não se deixam enganar, e sabem que será na organização, na unidade e na luta que, com o apoio das forças democráticas verdadeiramente consequentes, conquistarão aquilo a que têm direito.

IV Conferência da Reforma Agrária

A IV Conferência da Reforma Agrária realizar-se-á nos dias 12 e 13 de Abril do próximo ano, na cidade de Évora, conforme ficou assente durante a reunião da Comissão Organizadora (Provisória) que recentemente decorreu em Setúbal. Ao mesmo tempo foi proposta aos Secretariados das UCPS e Sindicatos Agrícolas a data de 2 de Fevereiro para a realização do Encontro das Culturas da Primavera, prevista para Avis, no distrito de Portalegre.

Durante a reunião foi analisada a situação da Reforma Agrária tendo-se concluído que a luta heróica do proletariado agrícola do Sul, com o apoio activo da classe operária portuguesa e do povo trabalhador em geral, permitiu, no fundamental, sustar a ofensiva destrutiva das forças coligadas na

Aliança Reaccionária e defender a grande conquista que foi a Reforma Agrária.

Foi igualmente salientado que a luta continua a travar-se em duas frentes principais: política e produtiva. Neste último caso decorrem a bom ritmo e de forma organizada as sementeiras de Outono-Inverno, sendo geral nas UCPS e Cooperativas o trabalho aos sábados e domingos para produzir o mais e o melhor possível.

A Comissão Organizadora (Provisória) concluiu ainda que as próximas eleições são muito importantes para o futuro da Reforma Agrária e que todos os trabalhadores e democratas se devem unir para barrar os esforços da reacção em destruir a Reforma Agrária.

As votações dos partidos nos diversos distritos

DISTRITO: VISEU

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
PCP/ Povo Unido	5 307	2,3	4 959	2,3	10 131	6,1	5 172	104,3
PS	49 900	21,3	50 034	23,0	35 168	21,2	-14 866	-29,7
PPD	102 662	43,9	70 152	32,3	55 838	33,7	-14 314	-20,4
CDS	40 372	17,3	67 803	31,2	53 194	32,1	-14 609	-21,5
UDP+MES/ GDUPs			3 059	1,4	238	0,1	-2 821	-92,2

corresponde a cerca de 21% do eleitorado de cada um, enquanto o PS perdeu quinze mil votos, ou seja, 30% do seu eleitorado.

O Povo Unido aumentou a sua votação em todos os concelhos,

com uma subida notável em Tarouca e S. Pedro do Sul, conquistando 21 mandatos no distrito, dois dos quais em Câmaras Municipais. Nas legislativas o PS elegeu três

deputados no distrito, e o PPD e CDS quatro cada um. Nas próximas eleições para a Assembleia da República o número a eleger no distrito baixa de 11 para 10 deputados.

DISTRITO: AVEIRO

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
PCP/ Povo Unido	9 933	3,0	12 198	3,8	17 469	6,9	5 271	43,2
PS	104 657	31,7	100 082	30,8	68 905	27,2	-31 177	-31,2
PPD	141 591	42,9	113 705	35,0	92 611	36,2	-21 094	-18,6
CDS	36 569	11,1	72 842	22,5	61 642	24,3	-11 200	-15,4
UDP+MES/ GDUPs	3 257	1,0	4 491	1,4	1 162	0,5	-3 329	-74,1

um, o PS perde votos em todos, o PPD desce em todos menos em Sever do Vouga e o CDS desce em 16 concelhos e aumenta em três. Em conjunto, PPD e CDS perdem

mais de trinta e dois mil votos, e o PS mais de trinta e um mil votos.

As listas Povo Unido obtiveram então 12 mandatos em 10 dos 19

concelhos. O número de deputados a eleger pelo distrito (15) mantém-se. Em 1976 o PS elegeu 5, o PPD 6 e o CDS 4 deputados.

DISTRITO: BRAGA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
PCP/ Povo Unido	12 479	3,7	13 744	4,1	25 553	9,0	11 809	85,9
PS	92 684	27,4	108 292	32,1	73 891	26,0	-34 401	-31,8
PPD	127 360	37,7	96 737	28,7	82 741	29,1	-13 996	-14,5
CDS	60 998	18,1	85 260	25,3	78 584	27,7	-6 676	-7,8
UDP+MES/ GDUPs	2 727	0,8	4 480	1,3	6 153	2,2	1 673	37,3

concelhos do distrito, as subidas mais notáveis registaram-se nos concelhos mais industrializados de Guimarães, Famalicao e Braga.

Entretanto, o PPD desceu em 11 concelhos, o PS em 10 e o CDS em nove. Nas anteriores legislativas o PS

elegeu seis deputados no distrito, o PPD 5 e o CDS 4. O número de deputados mantém-se, os resultados é que talvez variem...

DISTRITO: COIMBRA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
PCP/ Povo Unido	15 103	5,7	17 405	7,2	18 265	10,5	860	4,9
PS	114 227	43,3	98 213	40,9	67 457	39,0	-30 756	-31,3
PPD	71 666	27,2	64 117	26,7	51 407	29,7	-12 710	-19,8
CDS	12 187	4,6	30 004	12,5	23 338	13,5	-6 666	-22,2
UDP+MES/ GDUPs	4 401	1,7	3 856	1,6	1 356	0,8	-2 500	-64,8

quer em votos quer em percentagem.

As subidas mais significativas do Povo Unido foram em Coimbra

e Figueira da Foz. A nível distrital, a então FEPU obteve 15 mandatos. Nas legislativas o PCP elegeu

um deputado, o PS 6, o PPD 4 e o CDS 1 deputado. O número de deputados a eleger (12) mantém-se.

DISTRITO: LEIRIA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
PCP/ Povo Unido	15 509	6,4	16 227	7,3	19 700	11,5	3 473	21,4
PS	79 846	33,1	69 224	31,1	51 679	30,2	-17 545	-25,3
PPD	85 633	35,6	69 350	31,1	57 063	33,4	-12 287	-17,7
CDS	16 287	6,8	43 212	19,4	32 886	19,2	-10 326	-23,9
UDP+MES/ GDUPs	5 241	2,2	3 132	1,4	1 304	0,8	-1 828	-58,3

de dez mil votos.

O Povo Unido só não aumentou a sua votação em dois concelhos (Óbidos e Marinha Grande), perdendo a Câmara daquele último

devido à concorrência divisionista dos esquerdistas. No total o Povo Unido alcançou seis mandatos para Câmaras Municipais e quinze para

Assembleias Municipais. Os onze deputados a eleger pelo distrito ficaram em 1976 distribuídos pelo PCP (1), PS (4), PPD (4) e CDS (2).

DISTRITO: SANTARÉM

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
PCP/ Povo Unido	44 431	15,1	43 822	16,1	40 526	20,0	- 3 296	- 7,5
PS	126 203	42,9	104 407	38,3	78 339	38,7	-26 068	-25,0
PPD	55 289	18,8	53 161	19,5	45 645	22,5	- 7 516	-14,1
CDS	12 738	4,3	37 678	13,8	22 699	11,2	-14 979	-39,8
UDP+MES/ GDUPs	7 632	2,6	6 057	2,3	4 185	2,1	- 1 872	-30,9

Mais uma vez se comprova a acção divisionista dos esquerdistas, que aparecem nos concelhos onde o Povo Unido

é mais forte. A inutilização de votos com a UDP impediu a FEPU de conquistar a Câmara de Benavente por trinta votos.

Nas legislativas o PCP elegeu 2 deputados, o PS 6, PPD 3 e CDS 2. O total foi agora reduzido para 12 deputados.

Semana

14

Quarta-feira

1935 — I Conferência dos operários Stakhanovistas da URSS.



Edward Kennedy

O governo sionista de Israel ordena a deportação de Bassan Shaka, presidente do município da cidade de Nablus, na Cisjordânia ocupada, pretendendo substituir as autoridades municipais nos restantes territórios árabes ocupados por comissões militares administrativas. ■ O presidente Carter, dos EUA, declara o congelamento de todos os depósitos oficiais iranianos nos bancos dos Estados Unidos. ■ O governo espanhol reafirma a sua decisão de não negociar com os separatistas bascos a libertação do deputado da UCD, Javier Ruperez, sequestrado no passado domingo. ■ O senador Edward Kennedy anuncia oficialmente a sua candidatura às próximas eleições presidenciais, atacando duramente a administração Carter. ■ Os dois principais partidos políticos holandeses criticam, durante um debate, a proposta para a instalação de armas nucleares táticas aperiçoadas na Europa ocidental. ■ O presidente soviético Leonid Brejnev reafirma a vontade da URSS em iniciar com os países capitalistas e suas organizações, conversações construtivas sobre o desarmamento. ■ O primeiro-ministro israelita Menahem Begin apresenta um novo gabinete sionista.

15

Quinta-feira

1899 — É proclamada a República do Brasil.

Forças de choque da Polícia Militar brasileira invadem violentamente a igreja do Socorro em S. Paulo, para expulsar do local 350 metalúrgicos em greve. ■ É assassinado um oficial do Exército espanhol, o coronel Tomaz Lopez Diego, sendo a acção reivindicada pela organização separatista basca ETA. ■ As negociações em Londres sobre o futuro da Rodésia dão um «passo em frente» com a aceitação, pela Grã-Bretanha, da legalização das guerrilhas da Frente Patriótica, atribuindo-lhes um «status» idêntico ao das forças racistas durante o período de transição, que passou a ser de 11 semanas. ■ Começa em Tunis a reunião ministerial da Liga Árabe, que condena o expansionismo sionista e os acordos de Camp David, enquanto que na Cisjordânia ocupada entra em vigor uma greve geral como protesto pela deportação de Bassam Shaka. ■ O governo militar argentino, depois de ordenar a dissolução da Confederação Geral dos Trabalhadores, proíbe toda a actividade política aos sindicatos, a cobrança e a gestão dos fundos sindicais e a administração de obras sociais ou de assistência. ■ Rádio Teerão anuncia que foi nomeado um novo governo em substituição do gabinete do ex-primeiro-ministro Bazargan. ■ O Banco de Inglaterra aumenta a taxa de juro de 14 para 17% sobre os empréstimos. ■ Um petroleiro romeno colide com um cargueiro grego, no Estreito do Bósforo, tendo desaparecido 54 dos 56 tripulantes do petroleiro.

16

Sexta-feira

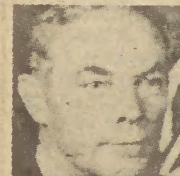
1933 — Estabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e os EUA.

O governo revolucionário do Kampuchea repudia um documento aprovado na Assembleia Geral da ONU considerando-o nulo e sem efeito, por ser uma interferência nos seus assuntos internos; o referido documento apelava para a retirada das «tropas estrangeiras» do território do Kampuchea. ■ O governo iraniano corta o fornecimento de petróleo a todas as companhias multinacionais norte-americanas em todo o mundo. ■ O cessar-fogo na Rodésia começa a ser discutido na conferência de Londres, a partir de uma «minuta» britânica. ■ Depois do afastamento do coronel Natusch, que comandou o recente golpe reaccionário na Bolívia, Lidia Gueiler é eleita pelo Congresso presidente da República, sendo a primeira mulher boliviana a ocupar este cargo, por um período que se prevê termine em Agosto do próximo ano. ■ Um astro-físico norte-americano anuncia ter descoberto uma 12.ª lua — e talvez mais duas — na órbita de Saturno, graças a informações colhidas pela nave espacial «Pioneer-11». ■ A União Soviética apresenta, em termos históricos, as suas propostas de desarmamento nuclear europeu, prevenindo que poderá efectuar acções contra os planos da NATO que pretendem instalar armas atómicas norte-americanas na Europa ocidental.

17

Sábado

1869 — É inaugurado o canal do Suez.



Haig na «corrida»?

Os dirigentes dos dois principais partidos políticos sul-coreanos chegam a acordo sobre uma nova Constituição que institua uma quarta República. ■ Martin Ennals, secretário-geral da Amnistia Internacional, revela que este movimento vai lançar uma campanha para a abolição da pena de morte no mundo inteiro. ■ O novo governo constitucional boliviano, presidido por Lidia Gueiler, começa a proceder a consultas com diversos partidos políticos para formar um governo de unidade nacional. ■ O ex-comandante-chefe das forças da NATO, o general Alexandre Haig, afirma em Paris que decidirá «dentro de semanas» se apresentará ou não a sua candidatura para as próximas eleições presidenciais norte-americanas.

18

Domingo

1959 — Morre o compositor e maestro brasileiro Heitor Villa-Lobos.



Ingerência «bem-vinda».

Tropas racistas rodesianas penetram em território da Zâmbia, onde fazem explodir três pontes. ■ O «ayatollah» Khomeiny declara que a maioria dos reféns detidos na embaixada norte-americana em Teerão será julgada por espionagem se o Xá não for extraditado para o Irão. ■ Nas igrejas da província italiana da Calábria é lida uma pastoral dos bispos italianos condenando energeticamente as actividades da Mafia. ■ O primeiro-ministro do governo fantoche rodesiano, o bispo Abel Muzorewa, declara que uma intervenção militar — incluindo a da África do Sul — «seria bem-vinda» no seu país, caso ali se instalasse o «caos», o que, no seu entender, «aconteceria» se a Frente Patriótica tornasse o Poder. ■ Por altura do 4.º aniversário da morte do ditador Franco, vários milhares de elementos da extrema-direita espanhola concentram-se em Madrid gritando palavras de ordem fascistas e insultando o governo de Adolfo Suarez.

19

Segunda-feira

1977 — Um ciclone provoca 20 000 mortos na Índia.

Principia, em Bucareste, o XII Congresso do Partido Comunista Romeno com um discurso do presidente, Nicolau Ceausescu. ■ Chega a Espanha, para uma visita oficial, o ministro dos NE soviético, Andrey Gromyko. ■ A pretexto do combate à inflação, que ronda os 100%, o governo israelita decreta a abolição da maior parte dos subsídios estatais.

1918 — Formação do Partido Comunista Húngaro. Em Junho de 1948 o Partido Comunista e o Partido Social-Democrático unem-se e formam o Partido Húngaro dos Trabalhadores. Em Novembro de 1956 o Partido Húngaro dos Trabalhadores é reorganizado e passa a chamar-se Partido Operário Socialista Húngaro.

20

Terça-feira

O presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia declara que o seu país se encontra em estado de guerra total com a Rodésia, ordenando a mobilização dos reservistas e mandando cancelar as licenças aos elementos das Forças Armadas, fazendo, ao mesmo tempo, um apelo à ajuda internacional. ■ O vice-ministro soviético da Defesa, general Tolubko, rejeita que a União Soviética tenha superioridade sobre a NATO no que se refere a mísseis de alcance médio. ■ Partem de Teerão para Frankfurt dez reféns da Embaixada dos EUA no Irão, libertados pelos estudantes islâmicos. ■ O Congresso brasileiro reúne para votar o projecto governamental de «reforma partidária», que visa a eliminação da ARENA e do MDB.

O peso das forças patrióticas na Conferência de Londres

Importantes processos se desenvolvem na África Austral. Processos em que se defrontam os regimes reaccionários da Rodésia e da África do Sul, com o apoio de facto do imperialismo e das multinacionais, e o movimento de libertação, que conta com claras posições de apoio e solidariedade, quer a nível continental, quer a nível internacional.

Quase simultaneamente foram dados, em Genebra e Londres, passos positivos que facilitam soluções para os problemas da zona, e que, resultando de compromissos em que também, países como a Inglaterra e os EUA participam, reflectem a força crescente do movimento de libertação, o peso das forças progressistas, quer no Zimbábwe, quer no Namíbia e na África do Sul.

Em Genebra, terminaram as conversações sobre a desmilitarização das fronteiras da Namíbia, com um acordo quase geral (com excepção da África do Sul). Em Londres, depois de dez semanas de difíceis e complexas negociações, em que tudo se jogou, quer para impor ao movimento de libertação condições inaceitáveis, conducentes à consolidação de uma política neocolonialista, quer para afastar os representantes da Frente Patriótica da mesa de conversações, chegou-se a um acordo que pode representar um passo histórico para o povo do Zimbábwe. Acordo que prevê, no período de transição para a independência, a manutenção separada das tropas de Smith e da Frente Patriótica do Zimbábwe, ambas sob controlo de um governador britânico. Recorda-se que as tropas do movimento de libertação contam com cerca de 16 mil homens e as dos racistas, 12 mil — o que explica muito do que se passou em Londres, e o próprio acordo alcançado.

Por outro lado, nestes últimos meses, a ONU tem vindo a reafirmar a condenação da política seguida pela África do Sul, assim como dos apoios com que conta a nível internacional. Em Setembro, o Conselho de Segurança pediu a todos os governos que neguem «qualquer forma de reconhecimento aos chamados bantustões independentes», denunciando esta actuação de Pretória como uma política que se destina a «dividir e apropriar o povo africano e a estabelecer

Estados-clientes sob o seu domínio a fim de perpetuar o 'apartheid'. Agravando ainda mais a situação na região e prejudicando esforços internacionais para soluções justas e duradouras». Em Novembro, o Comité Especial das Nações Unidas contra o 'apartheid' votou a realização de campanhas coordenadas contra as multinacionais que violam o embargo à África do Sul.

O acordo de Londres

O acordo de Londres — o facto mais importante a salientar neste momento na África Austral — não abre nem caminhos planos para a concretização dos legítimos direitos do povo do Zimbábwe, nem as perspectivas de uma paz imediata. Afastando, entretanto, a curto

prazo, o perigo de uma intervenção militar directa de tropas mercenárias do imperialismo ou da África do Sul, e a generalização de uma situação de guerra na zona. Abre perspectivas de um caminho mais pacífico para a libertação de facto do povo do Zimbábwe.

Entretanto, quaisquer ilusões se podem tornar perigosas. O governo conservador da Grã-Bretanha tudo fará, naturalmente, para que, deste período de transição, resulte uma situação tão favorável quanto possível à defesa dos interesses dos monopólios no país. A África do Sul mantém posições inequivocamente ameaçadoras. As tropas racistas rodesianas insistem nas suas intervenções armadas quer contra Moçambique, quer contra a Zâmbia.

É sintomático que, durante o período em que durou a conferência de Londres, as tropas racistas rodesianas tenham por duas vezes atacado a Zâmbia, destruindo infraestruturas económicas. Também no mês



A força do movimento popular de massas, do movimento de libertação, tem um peso crescente na evolução dos acontecimentos em África

Movimento de massas responde a ofensiva de Israel

Há dois anos, Sadat efectuou a sua viagem a Jerusalém, que iria marcar o início oficial do processo conducente aos acordos de Camp David. Hoje, o governo de Begin acaba de tomar duas decisões significativas: a prisão e deportação de Bassam Shaka, presidente do município de Nablus, na região ocupada da Cisjordânia, e a promoção de instalação de novos colonatos nos territórios ocupados e novos postos militares, decisão que deve acarretar a transferência para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza de mais 15 mil israelenses.

Estes os factos mais actuais que se inserem na política de «paz» a que Sadat se vem a prestar, traindo os interesses e a vontade dos povos árabes, sacrificando o direito do povo palestino a uma pátria à sua aliança com o imperialismo. Uma política que tem conduzido, por exemplo, à criação, por Israel, de mais 150 colónias paramilitares nos territórios ocupados e à decisão de venda de terras da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. As cedências sucessivas ao governo israelita, que vão desde o fornecimento do petróleo egípcio (que vai alimentar também os aviões israelitas que bombardeiam o Líbano), ao da água do Nilo. À criação de facto de uma aliança militar com os Estados Unidos e Israel, de que o Egipto é o parceiro menor, precioso embora, e que se concretiza, por exemplo, na construção, com o auxílio dos EUA, de duas novas bases militares aéreas no deserto de Negev. À continuação das agressões ao Líbano.

No comunicado conjunto das conversações em Moscovo entre a delegação da Organização de Libertação da Palestina, chefiada por Yasser Arafat, e os dirigentes soviéticos salienta-se que tanto o povo soviético como o povo palestino estão convencidos de que, na conjuntura que se avizinha, importa particularmente assegurar

a unidade de todas as forças patrióticas do mundo árabe na luta contra as acções imperialistas e sionistas.

Pese embora a complexidade da situação política do mundo árabe, essa unidade tem sido mantida e mesmo reforçada face à traição do Egipto e à reforçada agressividade de Israel. Reforçando-a e reflectindo-a, a reunião ministerial da Liga Árabe em Tunis condenou o expansionismo sionista e os

Egipto, e apesar do recurso crescente à repressão, Sadat vê-se a braços com sérios problemas políticos.

Por todo o Médio Oriente mantêm-se, e em certa medida acentua-se, uma situação tensa e particularmente perigosa. Quer pelas posições agressivas de Israel, quer pela traição de Sadat (o Egipto constitui já uma base importante do movimento patriótico árabe), quer ainda por situações complexas, como a que

A OLP reconhecida

A propósito da recente realização, em Lisboa, da Conferência Mundial de Solidariedade com o povo árabe e palestino, Abdullah Hourani, chefe do Departamento Cultural e de Informação e membro do Comité Executivo do Conselho Nacional da OLP, em telegrama ao Conselho da Paz português, exprimiui, a todos os que contribuíram para o sucesso da Conferência, as forças progressistas, ao povo português, os agradecimentos da delegação da OLP que esteve presente em Portugal.

acordos de Camp David, protestando igualmente contra a prisão de Bassam Shaka.

A prisão e deportação do presidente do município de Nablus pelas autoridades israelenses desencadeou, na Cisjordânia, um movimento popular sem precedentes desde os protestos contra os acordos de Camp David, o ano passado. A Cisjordânia foi totalmente paralisada por uma greve geral de protesto, em Nablus a população manifesta-se nas ruas gritando palavras de ordem de solidariedade com o presidente deportado e «A Palestina é Árabe».

Os presidentes dos municípios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza demitiram-se em massa. Nos países árabes considerados moderados, como nos abertamente reaccionários, é a pressão do movimento de massas, o medo da opinião pública no país, que tem vindo a determinar, em parte, as posições assumidas. No interior do

se vive no Líbano, onde as posições pró-imperialistas do «poder legal», que está bem longe de ser absoluto em todo o território do país, podem acarretar novos perigos na zona (a proposta de desmilitarização do sul, colocando na mesma base as forças terroristas de direita e a OLP, é um sintoma e um exemplo de tais perigos).

Mas paralelamente a esta situação, pesam também factores muito positivos: uma situação internacional favorável, em que o movimento progressista árabe pode contar — e conta — com o inequívoco apoio da URSS e da comunidade socialista; a falência da política internacional do imperialismo; a unidade árabe; a força crescente do movimento popular de massas nos países árabes; a força e a coerência política da OLP; o exemplo dos países onde se constrói uma nova vida, em que se optou por uma via de desenvolvimento socialista.

Hua Guofeng compra armas e defende uma «Europa forte»

O presidente chinês, Hua Guofeng, andou em digressão por quatro países da Comunidade Económica Europeia (CEE): a RFA, a França, a Grã-Bretanha e a Itália. Neste momento conta com a visita do primeiro-ministro grego, Constantino Karamanlis. Margaret Thatcher anunciou que aceitará um convite para visitar a China no próximo ano. Por seu lado, o secretário de Estado norte-americano da Defesa, Harold Brown, visitará igualmente a China, a convite do seu homólogo chinês, entre 6 e 13 de Janeiro.

Que significado tem este claro e múltiplo estreitamento de contactos com os países da CEE e da NATO? Que objectivos enformaram a visita de Hua Guofeng pela Europa?

Alguns aspectos significativos desta viagem, caracterizam as suas verdadeiras intenções — que estão bem longe dos meros contactos de aproximação entre países e povos — e os fundamentos de uma política.

Em que país o presidente chinês

esteve mais à vontade para pronunciar os seus ataques anti-soviéticos? Foi exactamente na Grã-Bretanha, onde o governo conservador defende uma política interna e externa abertamente reaccionária, que Hua Guofeng exprimiui sem reservas as suas opiniões anti-soviéticas e anticomunistas — partilhadas incondicionalmente por Margaret Thatcher — defendeu mesmo a inevitabilidade de uma nova guerra mundial com uma claraza pensável em Paris. Bona ou Roma. Significativo ainda é o facto de o «Guardian» de Londres ter sublinhado que foi nas fileiras dos conservadores britânicos que Hua Guofeng encontrou os homens que, pela sua ideologia, lhe estavam mais próximos.

Uma linha bem definida enformou toda a viagem do presidente chinês — com mais ou menos êxito, com mais ou menos cuidado na linguagem utilizada, Hua Guofeng andou de facto pelo Europa a negociar a compra de armas e a apelar para a criação de uma «Europa forte», capaz de

«resistir à União Soviética», ou seja uma Europa capitalista armada dos novos mísseis nucleares que os Estados Unidos se propõem semear pela RFA, pela Grã-Bretanha, pela Holanda, pela Bélgica e, se possível, pela Itália.

É verdade que este apelo não foi recebido da mesma forma em toda a parte. Os meios políticos mais realistas do Ocidente não ignoram os perigos que tais propostas comportam, as ameaças que ficarão pendentes com qualquer recuo sério no processo de desarmamento da Europa. Por outro lado, se os monopólios sonham com os lucros da colocação de armamento no grande mercado chinês, também temem a instabilidade — política e económica — desse tão ambicionado mercado. Entretanto, o apelo é um facto — não só significativo de uma política virada contra as forças da paz, contra as forças progressistas — mas como uma ameaça, a confirmação da estreita unidade entre Pequim e os mais reaccionários e belicistas meios do imperialismo.

passado as tropas de Smith efectuaram um ataque na zona centro de Moçambique, tentando igualmente destruir objectivos económicos.

A vitória agora obtida em Londres pela Frente Patriótica do Zimbábwe assenta na força crescente do movimento de libertação no país e em África e nas cada vez maiores dificuldades com que se defrontam os regimes racistas. Há 14 anos, Smith declarou a «independência» da Rodésia. Hoje, só em Moçambique encontram-se mais de cento e vinte mil refugiados da Rodésia racista. Quanto aos colonos brancos, nenhuma promessa, nenhuma propaganda do Estado, consegue reter o fluxo acelerado da sua fuga do país. A população negra participa e apoia inequivocamente o movimento patriótico que o imperialismo foi incapaz de pulverizar e cuja força militar pesa como um dado decisivo na situação geral do país, como mais uma vez ficou claro na conferência de Londres.

Crise no Líbano, crise no Médio Oriente

A convite do CC do PCP esteve entre nós uma delegação do Partido Comunista do Líbano, chefiada pelo seu secretário-geral, oportunidade que o «Avante!» aproveitou para falar com o camarada Georges Hagui, que o «Avante!» aproveitou para falar com o camarada Georges Hagui, salientando dois elementos determinantes da situação política no país: a interacção entre a situação política no Líbano e a crise no Médio Oriente, e a posição dos comunistas libaneses, recentemente reafirmada no IV Congresso do Partido Comunista Libanês, realizado em Julho deste ano.

● Situação política libanesa — um processo que se insere na crise do Médio Oriente

Há uma íntima ligação entre as duas crises. É, sobretudo, após os acordos de Camp David que a cena política libanesa sofre uma escalada da agressão política e da pressão política de Israel, dos seus aliados locais e de todas as outras forças apoiadas pelo imperialismo norte-americano. A agressão israelita continua no Sul. Cidades e vilas libanesas são alvo de contínuos bombardeamentos. Simultaneamente, no centro e no norte do país, milícias fascistas continuam as provocações contra o Movimento Nacional Libanês, contra a resistência palestina e contra as forças árabes de dissuasão, maioritariamente sírias. Tudo isso se passa no quadro do que os meios reaccionários pretendem chamar as «iniciativas americanas» e outras «iniciativas» imperialistas, nomeadamente francesas. Esta pressão e estas manobras têm objectivos determinados:

- Liquidar a resistência palestina;
- liquidar o MNL e impôr um regime confessional, racista, ligado a Israel;
- influenciar as posições da Síria e levá-la a aceitar os acordos de Camp David.

O PCL considera que a principal tarefa do momento para todas as forças políticas progressistas, patrióticas e democráticas, quer no plano árabe quer no plano libanês, é de se oporem aos acordos de Camp David, com o objectivo de se

abrir o caminho para uma resolução justa, durável, da crise do Médio Oriente, que só será possível se se basear na retirada completa de Israel dos territórios árabes ocupados, no reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino, nomeadamente o direito a uma pátria e a um Estado.

Esta tarefa coloca — ao PCL e a todas as forças progressistas do Líbano — árduas tarefas: defender o sul do país perante

● O 4.º Congresso do PCL

Apesar da situação política difícil e muito complexa do país, nomeadamente no que toca a questões de segurança para o nosso partido, o PCL conseguiu realizar com sucesso o seu 4.º Congresso. Todo o PCL participou nos trabalhos preparatórios e todos os documentos e resoluções foram adoptados por unanimidade, o que confirma a unidade política, ideológica e organizativa do Partido. O 4.º Congresso adoptou um programa de luta contra o projecto imperialista, sionista e reaccionário, que visa dividir o país e submetê-lo à dominação israelo-imperialista. O 4.º Congresso adoptou, para o PCL, e propôs às outras forças progressistas árabes, um programa de luta para barrar o caminho aos acordos de Camp David, realçando especialmente

a contínua agressão israelita, defender a resistência palestina e impedir todas as tentativas da sua liquidação, defender a unidade do país, a sua independência nacional, o seu carácter árabe e o direito do povo libanês a um desenvolvimento democrático.

O povo libanês e o PCL têm o apoio das massas do povo árabe e das forças progressistas de libertação, do progresso, do socialismo e da paz de todo o mundo, e em primeiro lugar da URSS. Neste sentido o PCL dá um grande apreço à importante actividade das forças democráticas e amantes da paz em Portugal, nomeadamente do PCP, que deram um contributo eminente à realização da Conferência Mundial de Solidariedade com o povo árabe e palestino, manifestação de grande importância no apoio à nossa justa luta.

O PCL assegura ao PCP o seu vibrante reconhecimento.

Resultados económicos na RDA: só possíveis com o socialismo

A comemoração do 30.º aniversário da RDA — porque é o aniversário de um país socialista — inclui também, de forma determinante, a contribuição do trabalho activo de todo o povo da RDA, que assim participou na emulação promovida pela Frente Nacional da RDA.

Na realização do plano económico nacional de 1979 foram atingidos no primeiro semestre os seguintes resultados principais:

- A produção industrial de mercadorias da economia nacional elevou-se em 5,50 bilhões de marcos o que significa um crescimento da produção de 4 por cento de trabalho diário. O plano da produção industrial de mercadorias para o primeiro semestre de 1979 foi ultrapassado em 160 milhões de marcos. Na esfera dos ministérios da Indústria atingiu-se um aumento de trabalho diário de 4,4 por cento.
- A produtividade do trabalho aumentou na esfera dos ministérios da indústria em 4 por cento, calculado à base de dias de trabalho.
- A produção de produtos com marca de qualidade aumentou em

21 por cento.

- As tarefas de introdução do plano de Ciência e Técnica realizaram-se em 102 por cento.
- Para o fortalecimento da base técnico-material e para a realização contínua do programa político-social foram investidos na economia nacional 21,6 bilhões de marcos.
- A produção da construção importou em 15,5 bilhões de marcos.
- A agricultura socialista assegurou o abastecimento da população em carne, leite e ovos. O número do efectivo pecuário foi desenvolvido planificadamente.
- A exportação da economia nacional aumentou em 7 por cento e, nomeadamente, para a União Soviética em 9 por cento.
- O plano da construção de habitação foi realizado. Foram postos à disposição da população 74 121 habitações, das quais 52 042 são apartamentos novos. Deste modo melhoraram as condições de habitação para 230 000 habitantes.
- Os rendimentos líquidos da população aumentaram em 1,6 bilhões de marcos, isto é, em 3 por

cento. Os salários líquidos dos operários e empregados aumentaram em 3,7 por cento.

● O movimento do comércio a retalho aumentou em 600 milhões de marcos e importou em 44 bilhões de marcos.

● Os gastos do Estado dos fundos sociais importaram em 24,8 bilhões de marcos para o programa de construção de habitações, para a manutenção de rendas baixas, para os preços estáveis de consumo e tarifas assim como para outras despesas e prestações com a população.

● Foram realizadas as tarefas relativas aos problemas sociais e de saúde. Melhorias contínuas puderam ser atingidas.

● Registraram-se progressos no aperfeiçoamento da instrução e da educação comunista da juventude. A base técnico-material do ensino foi alargada.

● Cultura física e desporto foram continuamente desenvolvidos.

● Cultura e arte deram, na preparação do 30.º aniversário da RDA, um novo impulso à vida intelectual e cultural.

Por sua vez, os sr. Bema Stassi, vice-presidente da UDC (o partido de Giscard d'Estaing presente no comício da AD em Porto, diria, segundo "O Dia", no caso da AD vencer as eleições, «nós reforçaremos a nossa solidariedade com Portugal, em todos os planos: diplomático, económico, financeiro e social»).